
**COMPANHIA DE TECIDOS NORTE DE MINAS –
COTEMINAS**

CNPJ/MF Nº 22.677.520/0001-76
NIRE 3130003731-2

PROPOSTA DA ADMINISTRAÇÃO

12 de abril de 2019

Assembleia Geral Ordinária

15 de maio de 2019

ÍNDICE

I. Em Assembleia Geral Ordinária	3
II. Anexo I: Item 10 do Formulário de Referência – Comentários dos diretores	5
III. Anexo II: Anexo 9-1-II da Instrução CVM no 481/09	30
IV. Anexo III: Itens 12.5 a 12.10 do Formulário de Referência – Eleição dos membros dos Conselhos de Administração e Fiscal.....	37
V. Anexo IV: Item 13 do Formulário de referência – Remuneração dos Administradores	50
VI. Edital de convocação da Assembleia Geral Ordinária.....	61

COMPANHIA TECIDOS NORTE DE MINAS - COTEMINAS

CNPJ/MF Nº 22.677.520/0001-76

NIRE 31.3.003.731.2

Companhia Aberta

Senhores acionistas,

Apresentamos, a seguir a proposta da administração acerca das matérias constantes da ordem do dia da Assembleia Geral Ordinária da Companhia, a ser realizada às 12:00 horas do dia 15 de maio de 2019, em sua sede social à Av. Lincoln Alves dos Santos, nº 955, Distrito Industrial, na cidade de Montes Claros-MG.

- a) Tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018.*

A Administração propõe que sejam aprovadas, sem reservas, as contas dos administradores e as demonstrações financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017, conforme divulgadas em 12 de abril de 2019, nos websites da Companhia, da Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”) e da B3 – B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão, nestes dois últimos através do Sistema Empresas Net.

Nos termos do inciso III do artigo 9º da Instrução CVM nº 481, de 17 de dezembro de 2009 (“ICVM 481”), as informações dispostas no Anexo I à presente proposta refletem nossos comentários sobre a situação financeira da Companhia.

- b) Examinar, discutir e votar a proposta de destinação do lucro líquido do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018;*

No Anexo II, apresentamos o Anexo 9-1-II da Instrução CVM no 481/09

Segundo o artigo 189 da Lei no 6.404/76, antes de qualquer participação, os prejuízos acumulados e a provisão para imposto sobre a renda serão deduzidos do resultado do exercício. Desta forma, o prejuízo acumulado da Companhia foi deduzido do resultado líquido do exercício de 2018. No final do exercício findo em 31 de dezembro de 2018, o prejuízo acumulado era igual a R\$ 68,8 milhões.

- c) Definir o número e eleger os membros do Conselho de Administração, e fixar o limite da remuneração global dos administradores da Companhia; e*

Nos termos do artigo 14 do Estatuto Social da Companhia, o Conselho de Administração será composto por no mínimo 7 (sete) e no máximo 12 (doze) membros, eleitos e destituíveis a qualquer tempo pela Assembleia Geral com mandato de 1 (um) ano, podendo ser reeleitos.

Assim sendo, a Administração recomenda a eleição de 7 (sete) membros para compor o Conselho de Administração da Companhia, número que já vem sendo praticado pela Companhia.

A Administração propõe que sejam eleitos, para o Conselho de Administração da Companhia, com mandato a se encerrar na assembleia geral ordinária que deliberar sobre as contas do exercício social de 2019, as pessoas indicadas no Anexo III, o qual foi preparado nos termos do artigo 10 da ICVM 481.

As informações necessárias para a devida análise da proposta da remuneração dos administradores, conforme estabelecido pelo artigo 12 da ICVM 481, encontram-se disposta no Anexo IV a esta proposta, notadamente nos itens 1 a 4. Propomos que a remuneração global e anual dos administradores e do Conselho Fiscal a ser paga, seja fixada no montante de até R\$ 3.200.000,00.

Informamos, ainda, que na assembleia geral ordinária realizada em 30/04/2018, foi aprovado um limite global e anual de remuneração dos administradores no valor de até R\$3.000.000,00, tendo sido efetivamente realizado o valor total de R\$ 2.180.943,85.

d) Eleger os membros do Conselho Fiscal e fixar sua remuneração.

A Administração propõe que sejam eleitos, para o Conselho Fiscal da Companhia, com mandato a se encerrar na assembleia geral ordinária que deliberar sobre as contas do exercício social de 2019, as pessoas indicadas no Anexo III, o qual foi preparado nos termos do artigo 10 da ICVM 481.

As informações necessárias para a devida análise da proposta da remuneração dos membros do conselho fiscal, conforme estabelecido pelo artigo 12 da ICVM 481, encontram-se disposta no Anexo IV a esta proposta, notadamente nos itens 1 a 4. Propomos que a remuneração global dos membros efetivos a ser paga, seja fixada no montante anual de até R\$ 250.000,00, já considerado na remuneração global e anual dos administradores e do Conselho Fiscal, mencionada acima.

Montes Claros-MG, 12 de abril de 2019.

A Administração
Companhia de Tecidos Norte de Minas - COTEMINAS

**COMPANHIA DE TECIDOS NORTE DE MINAS –
COTEMINAS**

CNPJ/MF Nº 22.677.520/0001-76
NIRE 31.3.003.731.2

ANEXO I

Item 10 do Formulário de Referência – Comentários dos diretores

COMPANHIA TECIDOS NORTE DE MINAS - COTEMINAS

CNPJ/MF Nº 22.677.520/0001-76

NIRE 31.3.003.731.2

Companhia Aberta

Informações requeridas pelo artigo 9º, inciso III da Instrução CVM nº 481/2009.

IDENTIFICAÇÃO	Companhia de Tecidos Norte de Minas - COTEMINAS, companhia aberta de capital autorizado, inscrita no CNPJ/MF sob n.º 22.677.520/0001-76, com atos constitutivos arquivados na Junta Comercial do Estado de Minas Gerais sob o NIRE 31.3.003.731.2.
REGISTRO NA CVM	n.º 00315-8
SEDE	Av. Lincoln Alves dos Santos, 955, Distrito Industrial, na cidade de Montes Claros, Estado de Minas Gerais.
DIRETOR DE RELAÇÕES COM INVESTIDORES ATENDIMENTO AOS ACIONISTAS	João Batista da Cunha Bomfim Telefone (11) 2145-4412 Fax (11) 2145-4583 e-mail: joao.bomfim@coteminas.com.br
AUDITORES INDEPENDENTES	BDO RCS Auditores Independentes.
TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS	CTNM3 e CTNM4
JORNAIS NOS QUAIS DIVULGA INFORMAÇÕES	Diário Oficial do Estado de Minas Gerais e Jornal de Notícias – Montes Claros, MG.

10 COMENTÁRIOS DOS DIRETORES

10.1

a. Condições financeiras e patrimoniais gerais

11 COMENTÁRIOS DOS DIRETORES

10.1

b. Condições financeiras e patrimoniais gerais

A Diretoria entende que a Companhia apresenta condições financeiras e patrimoniais suficientes para cumprir suas obrigações de curto e médio prazo e seus recursos de caixa, inclusive empréstimos de terceiros, são suficientes para cobrir sua necessidade de recursos de curto e médio prazo.

Na tabela a seguir são apresentados alguns itens que melhor demonstram as condições financeiras e patrimoniais da Companhia:

Em R\$ milhões	2018	2017	2016
Indicadores de liquidez			
Total do ativo circulante	1.800,1	1.565,1	1.575,4
Total do passivo circulante	1.498,3	1.097,0	1.120,9
<i>Índice de liquidez corrente</i>	<i>1,2</i>	<i>1,4</i>	<i>1,4</i>
Total do ativo circulante + realizável a longo prazo	2.834,9	2.096,9	2.101,6
Total do passivo circulante + passivo não circulante	2.457,1	2.057,5	2.025,2
<i>Índice de liquidez geral</i>	<i>1,2</i>	<i>1,0</i>	<i>1,0</i>
Indicadores de endividamento			
Total da dívida líquida	1.270,0	1.115,4	1.079,2
Patrimônio líquido	1.801,2	1.482,0	1.313,6
<i>Índice de endividamento</i>	<i>71%</i>	<i>75%</i>	<i>82%</i>

Em 31 de dezembro de 2018, a liquidez corrente da Companhia foi de 1,2x, representada pela divisão do ativo circulante pelo passivo circulante, inferior ao valor em 31 de dezembro de 2017. Considerando a negociação de prazo de contratos vigentes, ocorrida em janeiro de 2019, com redução de R\$ 110,0 milhões do passivo circulantes, a liquidez corrente da Companhia seria 1,3x. Ademais, considerando o valor de US\$ 90 milhões em caixa recebido no fechamento da combinação de ativos das operações norte-americanas, ocorrido no dia 15 de março de 2019, a liquidez da Companhia aumentaria para 1,6x, considerando a taxa de câmbio de 31 de dezembro de 2018 para efeito de simulação.

A liquidez geral, medida pela divisão da soma do ativo circulante e do realizável a longo prazo pelo passivo total da Companhia, foi de 1,2x em 31 de dezembro de 2018, superior ao valor registrado em 31 de dezembro de 2017. Considerando o valor de US\$ 90 milhões em caixa recebido no fechamento da combinação de ativos das operações norte-americanas, ocorrido no dia 15 de março de 2019, a liquidez geral da Companhia aumentaria para 1,3x, considerando a taxa de câmbio de 31 de dezembro de 2018 para efeito de simulação.

O saldo do endividamento líquido era de R\$ 1.270,0 milhões e representava 71% do patrimônio líquido, em 31 de dezembro de 2018. O caixa e equivalentes de caixa totalizaram R\$ 278,4 milhões no final do exercício de 2018, com redução de 6,7% em relação aos R\$ 298,5 milhões, valor de 31 de dezembro de 2017, aplicado, principalmente, em atividades operacionais. Considerando o valor de US\$ 90 milhões em caixa

recebido no fechamento da combinação de ativos das operações norte-americanas, ocorrido no dia 15 de março de 2019, o saldo do endividamento líquida da Companhia seria R\$ 921,2 milhões, considerando a taxa de câmbio de 31 de dezembro de 2018 para efeito de simulação, e representaria 51% do patrimônio líquido, em 31 de dezembro de 2018.

Em 31 de dezembro de 2017, a liquidez corrente da Companhia foi de 1,4x, representada pela divisão do ativo circulante pelo passivo circulante, igual ao valor registrado em 31 de dezembro de 2016.

A liquidez geral, medida pela divisão da soma do ativo circulante e do realizável a longo prazo pelo passivo total da Companhia, foi de 1,0x em 31 de dezembro de 2017 igual ao valor registrado em 31 de dezembro de 2016.

O saldo do endividamento líquido era de R\$ 1.115,4 milhões e representava 75% do patrimônio líquido, em 31 de dezembro de 2017. O caixa e equivalentes de caixa totalizaram R\$ 298,5 milhões no final do exercício de 2017, com aumento de 3,0% em relação aos R\$ 289,9 milhões, em 31 de dezembro de 2016, provenientes, principalmente, de atividade de financiamento.

c. Estrutura de capital

A tabela a seguir apresenta a descrição da estrutura de capital referente aos três últimos exercícios sociais:

Em R\$ milhões						
	2018	AV (%)	2017	AV (%)	2016	AV (%)
Capital de terceiros - circulante	1.498,3	35,2%	1.097,0	31,0%	1.120,9	33,6%
Capital de terceiros – não circulante	958,9	22,5%	960,5	27,1%	904,4	27,1%
<i>Capital de terceiros – Total</i>	<i>2.457,1</i>	<i>57,7%</i>	<i>2.057,5</i>	<i>58,1%</i>	<i>2.025,2</i>	<i>60,7%</i>
Capital próprio – Patrimônio Líquido	1.801,2	42,3%	1.482,0	41,9%	1.313,6	39,3%
Total	4.258,3	100,0%	3.539,5	100,0%	3.338,9	100,0%

De acordo com o balanço patrimonial da Companhia em 31 de dezembro de 2018, a sua estrutura de capital era 42,3% capital próprio, medido pelo patrimônio líquido, e 57,7% capital de terceiros, medido pelo passivo total.

De acordo com o balanço patrimonial da Companhia em 31 de dezembro de 2017, a sua estrutura de capital era 41,9% capital próprio, medido pelo patrimônio líquido, e 58,1% capital de terceiros, medido pelo passivo total.

De acordo com o balanço patrimonial da Companhia em 31 de dezembro de 2016, a sua estrutura de capital era 39,3% capital próprio, medido pelo patrimônio líquido, e 60,7% capital de terceiros, medido pelo passivo total.

d. Capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos

A Companhia tem cumprido todas as suas obrigações referentes a seus compromissos financeiros, até a data deste documento, bem como mantido a assiduidade dos pagamentos desses compromissos.

A Diretoria entende que o nível de liquidez da Companhia, associada a sua geração de caixa operacional, é compatível com seus investimentos, despesas, serviços das dívidas e outros valores a serem pagos nos próximos anos.

A tabela a seguir apresenta o endividamento líquido da Companhia referente aos três últimos exercícios sociais:

Em R\$ milhões			
	2018	2017	2016
Empréstimos e financiamentos	1.400,0	1.365,3	1.234,1

Debêntures	148,3	48,6	135,0
<i>Total da Dívida</i>	<i>1.548,4</i>	<i>1.413,9</i>	<i>1.369,1</i>
Caixa e equivalentes de caixa	(145,1)	(172,0)	(183,4)
Títulos e valores mobiliários	(128,5)	(126,5)	(106,5)
Instrumentos financeiros	(4,8)	-	-
Total do (caixa) dívida líquida	1.270,0	1.115,4	1.079,2

e. Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes utilizadas

Os investimentos da Companhia em ativos não-circulantes e capital de giro são financiados por sua própria geração de caixa operacional e por capital de terceiros, mediante a contratação de novos empréstimos e/ou a emissão de títulos e valores mobiliários representativos de dívida, tais como debêntures e Certificados Recebíveis do Agronegócio ("CRA").

Em 2018, a Companhia obteve financiamentos junto a instituições financeiras com o objetivo de renovar dívidas vencidas e alongar seu perfil da dívida. A sua controlada Coteminas S.A. emitiu, em 19 de fevereiro de 2018, R\$ 150 milhões em novas debêntures não conversíveis em ações. O valor nominal será amortizado em doze parcelas trimestrais iguais, e os juros pagos trimestralmente corresponderão a 100% da variação acumulada da taxa de juros do CDI mais 2,75% ao ano.

Em 2017, a Companhia obteve financiamentos junto a instituições financeiras com o objetivo de renovar dívidas vencidas e alongar seu perfil da dívida. A sua controlada Coteminas S.A. efetuou o pagamento da segunda parcela de amortização, de R\$ 135 milhões, de debêntures não conversíveis em ações, emitida em 30 de maio de 2014, e posteriormente vinculada à emissão de Certificados Recebíveis do Agronegócio ("CRA"), e emitiu, em 12 de junho de 2017, R\$ 50 milhões em novas debêntures não conversíveis em ações, que foi posteriormente vinculada à emissão de CRA, com remuneração e garantias idênticas às da Debênture que lhe dá lastro. O valor nominal será amortizado em quatro parcelas semestrais, a partir de dezoito meses de sua emissão, e os juros pagos semestralmente corresponderão a 110% da variação acumulada da taxa de juros do CDI.

Em 2016, a Companhia obteve financiamentos junto a instituições financeiras com o objetivo de alongar seu perfil da dívida.

A tabela a seguir apresenta as fontes de financiamento da Companhia referente aos três últimos exercícios sociais:

Em R\$ milhões	2018	2017	2016
Empréstimos e financiamentos - Total	1.400,0	1.365,3	1.234,1
Circulante	837,4	706,6	626,1
Não circulante	562,6	658,7	608,0
Debêntures - Total	148,3	48,6	135,0
Circulante	74,7	12,0	135,0
Não circulante	73,7	36,6	-

f. Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez

Em 2019, a Companhia pretende contratar novos financiamentos junto a instituições financeiras com o objetivo de alongar seu perfil da dívida.

g. Níveis de endividamento e as características de tais dívidas

i. Contratos de empréstimos e financiamentos relevantes

A seguir, apresentamos a posição dos empréstimos e financiamentos da Companhia, com instituições financeiras, no final dos últimos três exercícios sociais:

Em R\$ mil	Moeda	Taxa anual de juros - %	Em 31 de dezembro de		
			2018	2017	2016
Moeda nacional:					
BNDES	R\$	2,5 a 9,5	3.717	6.531	9.385
Banco do Brasil S.A.	R\$	127,5 a 128,7 do CDI /8,7 a 9,5	566.313	545.676	526.590
Banco Santander S.A.	R\$	129,9 do CDI / 8,0	-	-	65.491
Banco Votorantim S.A.	R\$	120,0 do CDI	81.689	81.461	41.730
Banco Itaú BBA S.A. (a)	R\$	132,0 do CDI	-	101.012	104.237
Banco Itaú Unibanco S.A.	R\$	2,8 e 3,0 + CDI	46.070	-	-
Banco Bradesco S.A.	R\$	4,4 e 4,5 + CDI	19.577	42.658	54.176
Banco ABC Brasil S.A.	R\$	3,0 a 4,2 e 4,46 + CDI	137.675	80.240	0
Banco BBM S.A.	R\$	149,0 e 150,5 do CDI e 4,0+CDI	70.344	49.311	20.153
BDMG	R\$	CDI + 7,3	9.032	17.731	16.632
Banco Fibra - CCE		15,8 e 6,3 a 6,5 + CDI	39.262	13.775	-
Banco Safra S.A.	R\$	4,4 a 4,7 + CDI	68.487	-	-
Banco Daycoval S.A.	R\$	4,5 + CDI	30.375	-	-
Caixa Econômica Federal	R\$	4,0 + CDI	22.567	-	-
Banco Pine S.A.	R\$	6,3 + CDI	15.063	-	-
Outros	R\$	-	7.847	64	66
			<u>1.118.018</u>	<u>938.459</u>	<u>838.460</u>
Moeda estrangeira:					
Wells Fargo Bank N.A.	US\$ e CAD\$	3,9 e 6,0	-	105.869	147.319
Banco Francês	\$ARG	34,5	-	2.797	3.159
Banco Patagonia	\$ARG	24,3 e 68,0	11.740	30.047	19.574
Banco Rio - Cerrito	\$ARG	43,0	-	2.898	-
Banco Luso Brasileiro S.A.	US\$	8,5	9.712	-	-
Banco Santander S.A.	US\$	89,0 a 118,8 do CDI	125.004	170.956	115.403
JP Morgan	US\$	Libor+0,85	31.393	25.155	20.804
Banco Industrial do Brasil	US\$	7,7	27.827	27.144	32.985
Banco Safra S.A.	US\$	6,0	19.858	-	-
Banco Itaú Unibanco S.A.	US\$	6,8	12.821	-	-
Banco do Brasil S.A.	US\$	5,5 a 6,0	43.672	61.977	56.423
			<u>282.027</u>	<u>426.843</u>	<u>395.667</u>
Total			1.400.045	1.365.302	1.234.127

Os empréstimos são garantidos por: (i) imóveis, máquinas e equipamentos, localizados na cidade de Montes Claros, gravados em 1º grau, além de fiança da Companhia e seus controladores; e (ii) por avais e garantias bancárias para os demais financiamentos.

A seguir, apresentamos a posição das debêntures da Companhia, no final dos últimos três exercícios sociais:

Em R\$ milhões				Circulante			Não Circulante		
Ano de Emissão	Valor de emissão	Vencimento	Encargos anuais (%)	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2016
2018	150,0	2018-2021	100% do CDI + 2,75% a.a.	50,2	-	-	61,4	-	-
2017	50,0	2018-2020	110% do CDI	24,5	12,0	-	12,2	36,6	-
2014	270,0	2016-2017	110% do CDI	-	-	-	-	-	518,6

As garantias das debêntures incluem garantias real e fidejussória, com fiança prestada pela controlada Springs Global Participações S.A. e por Josué Christiano Gomes da Silva. Os imóveis da controlada Coteminas S.A., cujo valor de avaliação é superior a 200% do valor de emissão dos CRA em 2017, são utilizados como garantia real. A qualquer momento, poderão ser alienados um ou mais imóveis a critério da controlada Coteminas S.A., com anuência dos titulares dos CRA, desde que: (i) tal alienação não diminua a razão de 200% de garantia das obrigações garantidas junto aos titulares dos CRA; e (ii) a controlada Coteminas S.A. use o valor líquido dos imóveis alienados para amortização de financiamentos bancários. Um imóvel de 247,3 mil m², localizado em São Gonçalo do Amarante, da controlada Coteminas S.A., cujo valor de avaliação deve manter-se superior a 1,43 vezes o valor da quarta emissão da debênture em 2018, e 1,67 vezes nos anos seguintes, são utilizados como garantia real, assim como os respectivos contratos de locação deste imóvel, podendo o agente fiduciário, em caso de inadimplemento reter os recebíveis de aluguéis até a solução da inadimplência.

ii. Outras relações de longo prazo com instituições financeiras

Não há outras relações de longo prazo relevantes com instituições financeiras.

iii. Grau de subordinação entre as dívidas

As dívidas contratadas pela Companhia são classificadas em dois graus de subordinação:

- a) Quirografárias: sem garantias (títulos de crédito em geral)
- b) Privilegiadas: com garantias reais (penhor e hipoteca)

Em 31 de dezembro de 2018, do total de R\$ 1.548,4 milhões de endividamento, dos quais R\$ 1.064,3 milhões são classificados como quirografários e R\$ 484,1 milhões possuem garantia real. Os empréstimos são garantidos por (i) imóveis, máquinas e equipamentos, localizados na cidade de Montes Claros, gravados em 1º grau, além de fiança do controlador, e (ii) por avais e garantias bancárias.

Em 31 de dezembro de 2017, do total de R\$ 1.413,9 milhões de endividamento, dos quais R\$ 1.027,6 milhões são classificados como quirografários e R\$ 386,3 milhões possuem garantia real. Os empréstimos são garantidos por (i) imóveis, máquinas e equipamentos, localizados na cidade de Montes Claros, gravados em 1º grau, além de fiança do controlador, e (ii) por avais e garantias bancárias.

iv. Eventuais restrições impostas ao emissor, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário, bem como se o emissor vem cumprindo essas restrições.

Além de cláusulas usuais de vencimento antecipado, a controlada Springs Global, na condição de avalista, comprometeu-se a cumprir os seguintes índices financeiros: (i) razão entre Dívida Líquida e EBITDA Ajustado, igual ou inferior a 4,0x (quatro inteiros) em 2017, 3,5x (três inteiros e cinco décimos) em 2018, e 3,0x (três inteiros) a partir de 2019. Em 31 de dezembro de 2018, todos os índices acima foram atendidos pela controlada Coteminas S.A.

Além de cláusulas usuais de vencimento antecipado, a controlada Springs Global, na condição de avalista, comprometeu-se a cumprir os seguintes índices financeiros: razão entre Dívida Financeira Líquida e EBITDA, igual ou inferior a 3,5 vezes em 2017, 3,25 vezes em 2018, e 3,0 vezes em 2019); (ii) razão entre Dívida Financeira Líquida e Patrimônio Líquido, igual ou inferior a 0,7 vezes; e (iii) razão entre EBITDA e a despesa financeira líquida, igual ou superior a 2,0 vezes. Em 31 de dezembro de 2018, todos os índices acima foram atendidos pela Companhia.

Em 2016, a controlada indireta Springs Global US, Inc obteve uma linha de crédito rotativo que limita determinadas atividades da mesma como venda de ativos e a contratação de novos empréstimos.

Não há restrição imposta ao emissor, Companhia de Tecidos Norte de Minas - Coteminas.

h. Limites de utilização dos financiamentos já contratados

A Companhia não possui contratos que estabeleçam limites para sua utilização.

Em 2016, a controlada Springs Global US, Inc obteve uma linha de crédito rotativo no valor de US\$ 62,7 milhões.

i. Alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras

De acordo com as políticas contábeis em vigor adotadas no Brasil, a receita reportada na demonstração do resultado deve incluir somente os ingressos brutos dos benefícios econômicos recebidos e a receber pela Companhia, quando originários de suas próprias atividades. As quantias cobradas por conta de terceiros – tais como tributos sobre vendas, tributos sobre bens e serviços e tributos sobre valor adicionado – não geram benefícios para a Companhia e não resultam em aumento do patrimônio líquido e, portanto, são excluídos da receita. Desta forma, os comentários abaixo relativos às variações entre os resultados dos últimos três exercícios são referentes somente à receita líquida, e não à receita bruta.

Seguindo o pronunciamento técnico CPC 31, a Companhia passou a reportar os ativos e passivos referentes às operações vendidas para a Keeco, conforme anunciado em dezembro de 2018, como “Operações descontinuadas” a partir do quarto trimestre de 2018 (4T18). Para efeito de comparação incluímos a reclassificação do exercício social findo em 31 de dezembro de 2017.

DISCUSSÃO E ANÁLISE DAS DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS

Em R\$ milhões	2018	AV (%)	AH (%)	2017R	AV (%)	AH (%)
Receita operacional líquida	1.778,9	100,0%	(31,0%)	1.793,2	100,0%	n.a.
Custo dos produtos vendidos	(1.252,3)	(70,4%)	(34,4%)	(1.249,7)	(69,7%)	n.a.
Lucro bruto	526,6	29,6%	(21,4%)	543,5	30,3%	n.a.
Despesas com vendas, gerais e administrativas	(454,8)	(25,6%)	(6,4%)	(433,8)	(24,2%)	n.a.
Despesas com vendas	(297,6)	(16,7%)	(2,8%)	(284,0)	(15,8%)	n.a.
Despesas gerais e administrativas	(157,2)	(8,8%)	(12,4%)	(149,9)	(8,4%)	n.a.
Equivalência patrimonial	14,8	0,8%	(41,2%)	25,1	1,4%	n.a.
Variação do valor justo de propriedades para investimentos	16,0	0,9%	n.a.	46,9	2,6%	n.a.
Recuperação de impostos	350,1	19,7%	n.a.	-	0,0%	n.a.
Outras, líquidas	9,5	0,5%	n.a.	20,1	1,1%	n.a.
Provisão para desvalorização de ativos	-	0,0%	n.a.	-	0,0%	n.a.
Resultado operacional	462,1	26,0%	70,2%	201,8	11,3%	n.a.
Resultado financeiro	(230,5)	(13,0%)	7,7%	(208,9)	(11,7%)	n.a.

Resultado antes dos impostos	231,6	13,0%	n.a.	(7,1)	-0,4%	n.a.
IR e CSSL	(53,7)	(3,0%)	n.a.	13,3	0,7%	n.a.
Lucro (Prejuízo) Líquido de operação continuadas	177,9	10,0%	2779,8%	6,2	0,3%	n.a.
Lucro (Prejuízo) Líquido de operação descontinuadas	53,7	3,0%	(14,6%)	62,9	3,5%	n.a.
Lucro (Prejuízo) Líquido	231,6	13,0%	235,4%	69,0	3,9%	n.a.

(1) Análise vertical, que consiste em percentual sobre o total de receita líquida de vendas e serviços.

(2) Análise horizontal, que consiste no percentual de variação das contas do demonstrativo de resultados entre o exercício social indicado e o anterior.
2017R - Reclassificado, excluindo unidade de negócio América do Norte - Atacado, para efeito de comparação

Resultado operacional referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018, comparado o exercício findo em 31 de dezembro de 2017 reclassificado.

Receita Líquida de Vendas e Serviços

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018, a receita líquida consolidada da Companhia atingiu R\$ 1.778,9 milhões. Em relação ao exercício de 2017 reclassificado, houve redução de R\$ 14,3 milhões, ou 0,8%, com o efeito negativo da redução do volume vendido parcialmente compensando o efeito positivo de preço e *mix*. A análise dos diretores da Companhia quanto aos fatores que levaram a estas alterações é apresentada a seguir.

A receita líquida do segmento de negócio América do Sul - Atacado alcançou R\$ 1.112,2 milhões em 2018, excluindo receita intracompanhia, com redução de 4,2% em relação a 2017, negativamente impactada pela redução do volume de vendas, especialmente na Argentina, parcialmente compensada por melhor preço e *mix*.

A receita líquida do segmento de negócio América do Sul - Varejo atingiu R\$ 258,6 milhões em 2018, 2,3% superior à registrada em 2017.

A receita líquida do segmento de negócio América do Sul - Brins atingiu R\$ 437,4 milhões em 2018, 4,5% superior à registrada em 2017.

Custos dos produtos vendidos e despesas gerais e administrativas

O custo dos produtos vendidos (CPV) foi de R\$ 1.252,3 milhões no exercício social findo em 31 de dezembro de 2018, com aumento de 0,2% em relação aos R\$ 1.249,7 milhões registrados no exercício findo em 31 de dezembro de 2017 reclassificado, e representando 70,4% da receita líquida, ante 69,7% da receita líquida em 2017 reclassificado.

Seguindo o IAS-29 para reporte financeiro de economias hiperinflacionárias, corrigimos dados do Balanço de subsidiária indireta localizada na Argentina, incluindo o imobilizado, que passou de R\$ 17,8 milhões para R\$ 44,6 milhões, em 1 de janeiro de 2018, com efeito negativo no resultado devido ao aumento da depreciação contábil dos seus ativos.

As despesas com vendas, gerais e administrativas (SG&A) somaram R\$ 454,8 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2018, equivalentes a 25,6% da receita líquida, contra 24,2% no ano anterior reclassificado.

Recuperação de impostos

A Companhia reconheceu receita, no quarto trimestre de 2018, no valor de R\$ 335,4 milhões, referente à exclusão do ICMS da sua base de cálculo de PIS e COFINS, devido ao êxito em ação judicial ocorrida em 2018, da própria Companhia e das empresas Coteminas S.A., Companhia Tecidos Santanenses. Estas empresas pretendem utilizar estes créditos fiscais para fins de compensação de PIS e COFINS, ao longo dos próximos trimestres.

No terceiro trimestre de 2018, devido a uma ação judicial distinta, a Companhia reconheceu receita, no valor de R\$ 14,7 milhões, referente à exclusão do ICMS da sua base de cálculo de PIS e COFINS da subsidiária indireta AMMO.

Outras (Despesas) e Receitas Operacionais Líquidas

Outras receitas no exercício findo em 31 de dezembro de 2018 somaram R\$ 9,5 milhões, ante outras despesas de R\$ 20,1 milhões registrados no exercício findo em 31 de dezembro de 2017 reclassificado.

Lucro Bruto e Lucro Operacional

O lucro bruto totalizou R\$ 526,6 milhões em 2018, com margem bruta de 29,6%. Houve redução da receita líquida e aumento do CPV, resultando em retração de 3,1% do lucro bruto e redução de 0,7 p.p. da margem bruta.

O lucro operacional antes do resultado financeiro passou de R\$ 201,8 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017 reclassificado para R\$ 462,1 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018, incremento de R\$ 260,3 milhões, ou 129,0%, positivamente impactado pela recuperação de impostos. O lucro operacional representou 26,0% da receita líquida em 31 de dezembro de 2018, em comparação com 11,3% da receita líquida em 31 de dezembro de 2017 reclassificado.

Resultado Financeiro

A despesa financeira líquida passou de R\$ 208,9 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017 reclassificado para R\$ 230,5 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018, representando um incremento de R\$ 21,5 milhões, devido principalmente (i) a redução de R\$ 12,7 milhões das despesas financeiras – juros e encargos, e (ii) a variação de R\$ 36,9 milhões entre os saldos das variações cambiais líquidas.

Imposto de renda e contribuição social

Em atendimento às normas contábeis, foi reconhecido impacto fiscal sobre os prejuízos acumulados, com provisão de R\$ 27,5 milhões em 2017 de imposto diferido, sem efeito caixa, referente à unidade de negócio América do Norte – Atacado.

Deste modo, a Companhia obteve valor positivo de R\$ 13,3 milhões em imposto de renda e contribuição social no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017 reclassificado, ante valor negativo de R\$ 53,7 milhões em imposto de renda e contribuição social no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018, uma redução de R\$ 67,0 milhões.

Lucro do exercício

O lucro líquido do exercício findo em 31 de dezembro de 2018 alcançou R\$ 231,6 milhões, ante lucro líquido de R\$ 69,0 milhões do exercício findo em 31 de dezembro de 2017, ampliação de R\$ 162,5 milhões, que é explicada, principalmente, pela recuperação de impostos reconhecida em 2018.

Em R\$ milhões	2017	AV	AH	2016	AV	AH
		(%)	(%)		(%)	(%)
Receita operacional líquida	2.577,7	100,0%	(3,1%)	2.658,9	100,0%	3,1%
Custo dos produtos vendidos	(1.908,0)	(74,0%)	(3,6%)	(1.978,3)	(74,4%)	3,0%
Lucro bruto	669,8	26,0%	(1,6%)	680,5	25,6%	3,7%
Despesas com vendas, gerais e administrativas	(485,8)	(18,8%)	(2,2%)	(496,4)	(18,7%)	(5,9%)
Despesas com vendas	(306,2)	(11,9%)	(2,1%)	(312,7)	(11,8%)	(4,6%)
Despesas gerais e administrativas	(179,6)	(7,0%)	(2,3%)	(183,7)	(6,9%)	(8,0%)
Equivalência patrimonial	25,1	1,0%	(124,7%)	(101,8)	(3,8%)	38,5%
Variação do valor justo de propriedades para investimentos	46,9	1,8%	n.a.	-	0,0%	n.a.
Recuperação de impostos	-	0,0%	n.a.	-	0,0%	n.a.
Outras, líquidas	15,4	0,6%	n.a.	(8,9)	(0,3%)	n.a.
Provisão para desvalorização de ativos	-	0,0%	n.a.	(19,1)	(0,7%)	n.a.
Resultado operacional	271,4	10,5%	400,9%	54,2	2,0%	48,5%
Resultado financeiro	(213,9)	(8,3%)	(17,4%)	(258,9)	(9,7%)	146,1%
Resultado antes dos impostos	57,5	2,2%	n.a.	(204,7)	(7,7%)	n.a.

IR e CSSL	11,5	0,4%	n.a.	60,3	2,3%	n.a.
Lucro (Prejuízo) Líquido de operação continuadas	69,0	2,7%	n.a.	(144,5)	(5,4%)	n.a.
Lucro (Prejuízo) Líquido de operação descontinuadas	-	0,0%	n.a.	-	0,0%	n.a.
Lucro (Prejuízo) Líquido	69,0	2,7%	n.a.	(144,5)	(5,4%)	n.a.

Resultado referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017, comparado com o exercício findo em 31 de dezembro de 2016.

Receita Líquida de Vendas e Serviços

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017, a receita líquida consolidada da Companhia atingiu R\$ 2.577,7 milhões. Em relação ao exercício de 2016, houve redução de R\$ 81,1 milhões, ou 3,1%, negativamente impactada por menores volumes de venda e por menor preço médio, em Reais, de produtos da linha *utility bedding*. A análise dos diretores da Companhia quanto aos fatores que levaram a estas alterações é apresentada a seguir.

A receita líquida do segmento de negócio América do Sul - Atacado alcançou R\$ 1.161,3 milhões em 2017, excluindo receita intracompanhia, com aumento de 6,2% em relação a 2016, devido, principalmente, à ampliação de vendas de intermediários.

A receita líquida do segmento de negócio América do Sul - Varejo atingiu R\$ 252,8 milhões em 2017, em linha com a registrada em 2016, sendo as conversões de lojas próprias para franquias compensadas pelo maior número de lojas entre anos.

A receita líquida do segmento de negócio América do Norte - Atacado alcançou R\$ 784,6 milhões em 2017, com redução de 18,7% em relação à de 2016, sendo negativamente impactada pela valorização de 7,7% do Real em relação do dólar na tradução das vendas norte-americanas e pela alteração de política de reposição e de disposição de produtos de cliente relevante, que comprometeu de forma pontual, o nível de venda dos produtos de nossa categoria.

Custos dos produtos vendidos e despesas gerais e administrativas

O custo dos produtos vendidos (CPV) foi de R\$ 1.908,0 milhões no exercício social findo em 31 de dezembro de 2017, com redução de 3,6% em relação aos R\$ 1.978,3 milhões registrados no exercício findo em 31 de dezembro de 2016, e representando 74,0% da receita líquida em 2017, ante 74,4% da receita líquida em 2016.

As despesas com vendas, gerais e administrativas (SG&A) somaram R\$ 485,8 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2017, equivalentes a 18,8% da receita líquida, contra 18,7% no ano anterior.

Variação do valor justo de propriedades para investimento

Em 2017, consolidamos o projeto de locação no terreno localizado em São Gonçalo do Amarante, RN. A área disponível para locação totaliza mais de 300,0 mil m², dos quais 50,0 mil m² já foram arrendados e vários outros contratos estão em negociação. Realizamos nova avaliação deste imóvel, onde o valor justo apurado foi igual a R\$ 211,2 milhões. A diferença positiva entre o valor justo do imóvel em 2016 e o valor justo apurado em 2017, foi registrada no resultado, na rubrica de "Variação do valor justo de propriedades para investimentos". Os efeitos de impostos no valor de R\$ 6,1 milhões estão registrados na rubrica de impostos diferidos.

Outras (Despesas) e Receitas Operacionais Líquidas

Outras receitas no exercício findo em 31 de dezembro de 2017 somaram R\$ 15,4 milhões, ante outras despesas de R\$ 8,9 milhões registrados no exercício findo em 31 de dezembro de 2016.

Em 2017, consolidamos o projeto de locação no terreno localizado em São Gonçalo do Amarante, RN. A área disponível para locação totaliza mais de 300,0 mil m², dos quais 50,0 mil m² já foram arrendados e vários outros contratos estão em negociação. Realizamos nova avaliação deste imóvel, onde o valor justo apurado foi igual a R\$ 211,2 milhões. Em 2017, os valores de receita por arrendamento somaram R\$ 1,7 milhão, inclusos na rubrica "Outras, líquidas" na demonstração do resultado.

Equivalência Patrimonial

Equivalência Patrimonial no exercício findo em 31 de dezembro de 2017 totalizou valor positivo de R\$ 25,1 milhões, ante valor negativo de R\$ 101,8 milhões registrados no exercício findo em 31 de dezembro de 2016.

Provisão para desvalorização de ativos

Não houve provisão para desvalorização de ativos no exercício findo em 31 de dezembro de 2017.

Lucro Bruto e Resultado Operacional

O lucro bruto totalizou R\$ 669,8 milhões em 2017, com margem bruta de 26,0%. Houve redução do lucro bruto de 1,6%, com expansão de 0,4 p.p. da margem bruta.

O resultado operacional antes do resultado financeiro passou de R\$ 54,2 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016 para R\$ 271,4 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017, aumento de R\$ 217,2 milhões. A ampliação deve-se principalmente a maiores valores de equivalência patrimonial e às variações do valor justo de propriedades para investimento e da provisão para desvalorização de ativos. O lucro operacional representou 10,5% da receita líquida em 31 de dezembro de 2017, em comparação com 2,0% da receita líquida em 31 de dezembro de 2016.

Resultado Financeiro

A despesa financeira líquida passou de R\$ 258,9 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016 para R\$ 213,9 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017, representando uma redução de R\$ 45,0 milhões, devido principalmente (i) a variação de R\$ 25,9 milhões entre os saldos das variações cambiais líquidas, e (ii) a redução de R\$ 23,8 milhões das despesas financeiras – juros e encargos.

Imposto de renda e contribuição social

Em atendimento às normas contábeis, foi reconhecido impacto fiscal sobre os prejuízos acumulados, com provisão de R\$ 27,5 milhões em 2017 de imposto diferido, sem efeito caixa, referente à unidade de negócio América do Norte – Atacado.

Deste modo, a Companhia obteve valor positivo de R\$ 11,5 milhões em imposto de renda e contribuição social no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017, ante valor positivo de R\$ 60,3 milhões em imposto de renda e contribuição social no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016, uma redução de R\$ 48,7 milhões.

Lucro (prejuízo) do exercício

O lucro líquido do exercício findo em 31 de dezembro de 2017 alcançou R\$ 69,0 milhões, ante prejuízo líquido de R\$ 144,5 milhões do exercício findo em 31 de dezembro de 2016, com ampliação de R\$ 213,5 milhões, que é explicado pela ampliação de equivalência patrimonial, pelas variações do valor justo de propriedades para investimento e da provisão para desvalorização de ativos e pela melhoria do resultado financeiro, parcialmente compensados pela menor provisão de impostos diferidos.

ANÁLISE DO BALANÇO PATRIMONIAL

Em R\$ milhões	2018	AV	AH	2017	AV	AH	2016	AV	AH
		(%)	(%)		(%)	(%)		(%)	(%)
Ativo									
Ativo circulante	1.800,1	42,3%	15,0%	1.565,1	44,2%	(0,7%)	1.575,4	47,2%	(11,4%)
Caixa e equivalentes de caixa	145,1	3,4%	-15,7%	172,0	4,9%	-6,2%	183,4	5,5%	-5,3%
Títulos e valores mobiliários	51,4	1,2%	-18,0%	62,6	1,8%	41,0%	44,4	1,3%	-35,2%
Instrumentos financeiros derivativos	4,8	0,1%	n.a.	-	0,0%	n.a.	-	0,0%	100,0%
Duplicatas a receber	617,2	14,5%	4,4%	591,2	16,7%	-0,2%	592,4	17,7%	0,3%
Estoques	524,3	12,3%	-16,2%	626,0	17,7%	-0,8%	631,0	18,9%	-17,6%
Adiantamento a fornecedores	58,3	1,4%	46,3%	39,9	1,1%	-2,8%	41,0	1,2%	-10,0%
Impostos a recuperar	26,4	0,6%	-25,6%	35,5	1,0%	-9,7%	39,3	1,2%	-6,8%
Valores a receber - venda de imobilizado	32,9	0,8%	n.a.	-	0,0%	n.a.	-	0,0%	100,0%

Imóveis destinados à venda	-	0,0%	-100,0%	1,3	0,0%	1,1%	1,2	0,0%	-59,2%
Outros créditos a receber	31,5	0,7%	-14,3%	36,7	1,0%	-13,8%	42,6	1,3%	5,3%
Ativos mantidos para venda	308,2	7,2%	n.a.	-	0,0%	n.a.	-	0,0%	n.a.
Ativo não circulante	2.458,2	57,7%	24,5%	1.974,4	55,8%	12,0%	1.763,4	52,8%	13,7%
Realizável a Longo Prazo	1.034,8	24,3%	94,6%	531,8	15,0%	1,1%	526,2	15,8%	49,3%
Títulos e valores mobiliários	77,2	1,8%	20,9%	63,8	1,8%	2,8%	62,1	1,9%	n.a.
Valores a receber - clientes	28,8	0,7%	-23,0%	37,4	1,1%	53,9%	24,3	0,7%	n.a.
Partes relacionadas	49,2	1,2%	-58,9%	119,8	3,4%	34,8%	88,9	2,7%	30,6%
Impostos a recuperar	404,8	9,5%	738,8%	48,3	1,4%	18,6%	40,7	1,2%	39,1%
Imposto de renda e contribuição social diferidos	150,0	3,5%	32,6%	113,2	3,2%	-18,9%	139,6	4,2%	61,7%
Valores a receber - venda de imobilizado	-	0,0%	-100,0%	54,6	1,5%	-0,5%	54,9	1,6%	34,2%
Valores a receber - venda de investimento	130,2	3,1%	n.a.	-	0,0%	n.a.	-	0,0%	n.a.
Adiantamento a fornecedores	96,3	2,3%	n.a.	-	0,0%	n.a.	-	0,0%	n.a.
Imobilizado disponível para venda	37,4	0,9%	11,0%	33,7	1,0%	-31,5%	49,2	1,5%	-16,7%
Depósitos judiciais	33,2	0,8%	-22,0%	42,5	1,2%	-19,4%	52,8	1,6%	-7,6%
Outros	27,5	0,6%	48,6%	18,5	0,5%	34,5%	13,8	0,4%	17,8%
Permanente	1.423,5	33,4%	-1,3%	1.442,5	40,8%	16,6%	1.237,2	37,1%	3,2%
Investimentos em coligadas	57,8	1,4%	34,3%	43,0	1,2%	140,5%	17,9	0,5%	-84,4%
Propriedades para investimento	462,4	10,9%	-0,7%	465,7	13,2%	140,1%	193,9	5,8%	n.a.
Outros investimentos	5,6	0,1%	16,0%	4,8	0,1%	-40,6%	8,1	0,2%	-29,5%
Imobilizado	815,8	19,2%	0,2%	814,2	23,0%	-9,7%	901,3	27,0%	-4,6%
Intangível	81,9	1,9%	-28,7%	114,8	3,2%	-1,0%	116,0	3,5%	-8,8%
Total dos ativos	4.258,3	100,0%	20,3%	3.539,5	100,0%	6,0%	3.338,9	100,0%	0,3%

Passivo

Passivo circulante	1.498,3	35,2%	36,6%	1.097,0	31,0%	-2,1%	1.120,9	33,6%	1,0%
Empréstimos e financiamentos	837,4	19,7%	18,5%	706,6	20,0%	12,9%	626,1	18,8%	-0,6%
Debênture	74,7	1,8%	524,6%	12,0	0,3%	-91,1%	135,0	4,0%	0,4%
Fornecedores	130,2	3,1%	-28,8%	183,0	5,2%	18,4%	154,6	4,6%	-5,3%
Impostos e taxas	21,0	0,5%	41,1%	14,9	0,4%	-1,4%	15,1	0,5%	-16,0%
Imposto de renda e contribuição social a pagar	19,6	0,5%	1322,8%	1,4	0,0%	-29,4%	2,0	0,1%	-78,3%
Obrigações sociais e trabalhistas	75,5	1,8%	5,2%	71,8	2,0%	12,3%	63,9	1,9%	0,1%
Concessões governamentais	21,4	0,5%	9,7%	19,5	0,6%	10,5%	17,6	0,5%	-3,9%
Arrendamentos não recuperáveis	8,8	0,2%	21,7%	7,2	0,2%	14,2%	6,3	0,2%	-10,6%
Compra de imóvel para investimento	4,8	0,1%	-83,3%	28,5	0,8%	n.a.	34,3	1,0%	n.a.
Outras contas a pagar	64,8	1,5%	24,1%	52,2	1,5%	-21,0%	66,1	2,0%	0,2%
Pasivos relacionados ao ativos mantidos para venda	240,1	5,6%	n.a.	-	0,0%	n.a.	-	0,0%	n.a.
Passivo não circulante	958,9	22,5%	-0,2%	960,5	27,1%	6,2%	904,4	27,1%	25,7%
Empréstimos e financiamentos	562,6	13,2%	-14,6%	658,7	18,6%	8,3%	608,0	18,2%	94,2%
Debênture	73,7	1,7%	101,0%	36,6	1,0%	#DIV/0!	-	0,0%	100,0%
Arrendamentos não recuperáveis	14,5	0,3%	4,6%	13,8	0,4%	-10,7%	15,5	0,5%	-25,0%
Partes relacionadas	0,1	0,0%	-97,2%	2,1	0,1%	27,0%	1,6	0,0%	353,3%
Concessões governamentais	44,1	1,0%	3,0%	42,8	1,2%	-12,2%	48,7	1,5%	-0,6%

Compra de imóvel para investimento	0,0	0,0%	-100,0%	36,8	1,0%	n.a.	64,0	1,9%	n.a.
Planos de aposentadoria e benefícios	104,0	2,4%	8,8%	95,5	2,7%	-9,9%	106,0	3,2%	-19,5%
Provisões diversas	31,0	0,7%	-21,2%	39,4	1,1%	-4,0%	41,0	1,2%	-3,9%
Provisão para imposto de renda e contribuição social diferidos	103,0	2,4%	378,0%	21,5	0,6%	146,5%	8,7	0,3%	-32,9%
Outras obrigações	26,1	0,6%	97,2%	13,2	0,4%	23,5%	10,7	0,3%	-29,6%
Patrimônio líquido	1.801,2	42,3%	21,5%	1.482,0	41,9%	12,8%	1.313,6	39,3%	-12,4%
Capital realizado	882,2	20,7%	0,0%	882,2	24,9%	0,0%	882,2	26,4%	0,0%
Reserva de capital	209,7	4,9%	0,0%	209,7	5,9%	0,0%	209,7	6,3%	0,0%
Ajuste de avaliação patrimonial	97,5	2,3%	57,3%	62,0	1,8%	2511,6%	2,4	0,1%	-48,0%
Ajuste acumulado de conversão	(92,5)	-2,2%	-17,2%	(111,7)	-3,2%	1,3%	(110,2)	-3,3%	8,8%
Prejuízo acumulado	(68,8)	-1,6%	-68,2%	(216,3)	-6,1%	-18,0%	(263,9)	-7,9%	124,9%
Participação dos acionistas não-controladores	773,1	18,2%	17,8%	656,1	18,5%	10,6%	593,4	17,8%	-4,6%
Total dos passivos e do patrimônio líquido	4.258,3	100,0%	20,3%	3.539,5	100,0%	6,0%	3.338,9	100,0%	0,3%

Saldo em 31 de Dezembro de 2018 comparado com o saldo em 31 de Dezembro de 2017

Ativo Circulante

O ativo circulante passou de 1.565,1 milhões em 31 de dezembro de 2017 para R\$ 1.800,1 milhões em 31 de dezembro de 2018, um incremento de R\$ 235,0 milhões, ou 15,0%. As principais variações, na avaliação da diretoria da Companhia, foram:

- Aumento de Ativos mantidos para venda, de R\$ 308,2 milhões;
- Redução nos estoques, de R\$ 101,7 milhões;
- Valores a receber – venda de imobilizado, de R\$ 32,9 milhões; e
- Redução de Caixa e equivalentes de caixa, de R\$ 26,9 milhões.

A Springs Global celebrou, em dezembro de 2018, acordo com a Keeco, empresa americana de produtos moda lar, para combinação de suas operações da América do Norte, sujeita apenas a determinadas condições precedentes, usuais a este tipo de negócio.

Seguindo os termos do CPC 31 e da IFRS 5, a Springs Global passou a reportar os ativos e passivos referentes às operações vendidas para a Keeco, como “Ativos mantidos para venda”, no valor de R\$ 308,2 milhões, e “Passivos diretamente relacionados aos ativos mantidos para venda”, no valor de R\$ 240,1 milhões, respectivamente, no balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018. O saldo de ativos circulante de operações descontinuadas, em 31 de dezembro de 2018, são:

- Duplicatas a receber, R\$ 91,1 milhões;
- Estoques, de R\$ 161,1 milhões;
- Outros créditos a receber, de R\$ 4,9 milhões.

Ativo Não Circulante

O ativo não circulante passou de para R\$ 1.974,4 milhões em 31 de dezembro de 2017 para R\$ 2.458,2 milhões em 31 de dezembro de 2018, um aumento de R\$ 483,9 milhões, ou 24,5%.

Realizável a Longo Prazo

O ativo realizável a longo passou de R\$ 531,8 milhões em 31 de dezembro de 2017 para R\$ 1.034,8 milhões em 31 de dezembro de 2018, um aumento de R\$ 503,0 milhões, ou 94,6%. As principais variações, na avaliação da diretoria da Companhia, foram:

- Ampliação de Impostos a recuperar, de R\$ 356,6 milhões; e
- Ampliação de Valores a receber – venda de investimento, de R\$ 130,2 milhões;
- Ampliação de Adiantamento a fornecedores, de R\$ 96,3 milhões;
- Redução de Partes relacionadas, de R\$ 70,6 milhões;
- Redução de Valores a receber – venda de imobilizado, de R\$ 54,6 milhões; e
- Ampliação de Imposto de renda e contribuição social diferidos, de R\$ 36,9 milhões;

A Companhia reconheceu receita no valor de R\$ 350,1 milhões, referente à exclusão do ICMS da sua base de cálculo de PIS e COFINS, devido ao êxito em ações judiciais ocorridas em 2018. A Companhia pretende utilizar estes créditos fiscais para fins de compensação de PIS e COFINS, ao longo dos próximos trimestres.

Em atendimento às normas contábeis, foi reconhecido impacto fiscal sobre os prejuízos acumulados, com provisão de R\$ 61,6 milhões em 2018 de imposto diferido, sem efeito caixa, referente à unidade de negócio América do Norte – Atacado.

Em 2018, a Companhia e a sua controlada Oxford Comércio de Participações S.A. venderam a totalidade do capital social da Tropical Agroparticipações S.A., sendo que R\$ 130,2 milhões serão pagos após 2019, considerando o pagamento parcelado acordado.

Em dezembro de 2018, foi promulgada lei, no município de Montes Claros, determinando a liquidação o valor a receber pela venda de imobilizado, de R\$ 54,6 milhões, em 31 de dezembro de 2017, mais o valor de R\$ 11,2 milhões, relativas a obra de *retrofit* de responsabilidade da Companhia, , registrados em outras contas a pagar no passivo circulante, por (i) entrega de diversos imóveis de propriedade da prefeitura de Montes Claros, com valor justo apurado de R\$ 55,3 milhões, em 31 de dezembro de 2018, registrados em “Propriedades para Investimentos”, no ativo Permanente, e (ii) créditos de impostos e taxas municipais correntes e futuros, no valor de R\$ 10,9 milhões, registrados em “Outros” no ativo não circulante – realizável a longo prazo.

Propriedades para investimentos

As propriedades para investimento da Companhia são avaliadas em R\$ 462,0 milhões, em 31 de dezembro de 2018, com redução de R\$ 3,3 milhões entre anos, com reavaliação do complexo comercial, com a adição de novos ativos, e baixas de alguns ativos.

O complexo comercial engloba uma área de 247,3 mil m², onde 60,4 mil m² já foram arrendados. Em 2018, avançamos na ocupação (locação) da 1ª etapa do complexo comercial, *Power Center*, e, em 2019, iniciaremos a comercialização da próxima etapa do empreendimento, *Outlet*.

Realizamos uma segunda mensuração do valor justo do complexo comercial, apurado em R\$ 248,3 milhões, com incremento de R\$ 18,3 milhões em relação à avaliação anterior.

Foram adicionados dois novos itens: (i) complexo residencial e (ii) imóveis para valorização Montes Claros.

O complexo residencial compreende nova área de 520 mil m², no município de São Gonçalo do Amarante – RN, para início de empreendimento habitacional, com valor justo apurado de R\$ 44,3 milhões, em 31 de dezembro de 2018.

Os imóveis para valorização Montes Claros são imóveis recebidos da prefeitura de Montes Claros como parte do pagamento pelo imóvel vendido para a mesma, em maio de 2015. Estes imóveis possuem metragem total de 154,7 mil m² e foram avaliados por especialistas contratados pela Companhia e pela prefeitura de Montes Claros, com valor justo apurado de R\$ 55,3 milhões, em 31 de dezembro de 2018.

O valor remanescente de R\$ 10,9 milhões do imóvel vendido para a prefeitura de Montes Claros será recebido através de créditos de impostos e taxas municipais, registrados na rubrica “Outros” no ativo não circulante, que serão corrigidos anualmente pela taxa SELIC e cujas compensações serão iniciadas após a entrega do *retrofit* de responsabilidade da Companhia, estimado para o segundo semestre de 2019.

Em 2018, com a venda da empresa Tropical Agroparticipações S.A., houve baixa do valor referente a R\$ 175,1 milhões.

Imobilizado

O ativo imobilizado passou de R\$ 814,2 milhões em 31 de dezembro de 2017 para R\$ 815,8 milhões em 31 de dezembro de 2018, um aumento de R\$ 1,6 milhões, ou 0,2%, devido principalmente à depreciação de R\$

90,7 milhões no exercício de 2018, parcialmente compensada pela correção monetária dos ativos da Argentina, de R\$ 26,8 milhões. Houve transferência de R\$ 6,8 milhões de ativo imobilizado para “Ativos mantidos para venda”.

Passivo Circulante

O passivo circulante passou de R\$ 1.097,0 milhões em 31 de dezembro de 2017 para R\$ 1.498,3 milhões em 31 de dezembro de 2018, um incremento de R\$ 401,2 milhões, ou 36,6%. Na avaliação da diretoria da Companhia, as principais variações nas contas foram:

- Aumento de Passivos diretamente relacionados aos ativos mantidos para venda, de R\$ 240,1 milhões;
- Aumento de Empréstimos e Financiamentos, de R\$ 130,8 milhões;
- Aumento de Debêntures, de R\$ 62,7 milhões;
- Redução de Fornecedores, de R\$ 52,8 milhões; e
- Redução de Compra de imóvel para investimento, de R\$ 23,8 milhões.

A controlada Springs Global celebrou, em dezembro de 2018, acordo com a Keeco, empresa americana de produtos moda lar, para combinação de suas operações da América do Norte, sujeita apenas a determinadas condições precedentes, usuais a este tipo de negócio.

Seguindo os termos do CPC 31 e da IFRS 5, a Springs Global passou a reportar os ativos e passivos referentes às operações vendidas para a Keeco, como “Ativos mantidos para venda”, no valor de R\$ 308,2 milhões, e “Passivos diretamente relacionados aos ativos mantidos para venda”, no valor de R\$ 240,1 milhões, respectivamente, no balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018. O saldo de passivo circulante de operações descontinuadas, em 31 de dezembro de 2018, são:

- Empréstimos, R\$ 111,7 milhões;
- Fornecedores, de R\$ 112,7 milhões;
- Obrigações sociais e trabalhistas, de R\$ 0,9 milhão;
- Outras contas a pagar, de R\$ 4,9 milhões.

Em fevereiro de 2018, emitimos debêntures, no valor total de R\$ 150 milhões, com remuneração de 100% do CDI mais 2,75% ao ano, prazo de três anos e amortização trimestral, tendo como garantia o imóvel de São Gonçalo do Amarante destinado a arrendamentos e seus respectivos contratos de locação.

Passivo Não Circulante

O passivo não circulante passou de R\$ 960,5 milhões em 31 de dezembro de 2017 para R\$ 958,9 milhões em 31 de dezembro de 2018, uma redução de R\$ 1,6 milhão, ou 0,2%. Na avaliação da diretoria da Companhia, as principais variações nas contas foram:

- Redução de R\$ 96,1 milhões no Empréstimo e financiamento, pela transferência para curto prazo;
- aumento de R\$ 81,4 milhões no saldo Impostos diferidos, principalmente decorrentes da mais valia apurada em propriedades para investimento (R\$ 78,2 milhões) e correção monetária referente à hiperinflação na Argentina (R\$ 10,2 milhões).
- aumento de R\$ 37,0 milhões no saldo de debêntures de longo prazo decorrente da 4ª emissão de debênture e transferência de parcela da 3ª emissão para o curto prazo; e
- Redução de R\$ 36,8 milhões de Compra de imóvel para investimento.

Patrimônio Líquido

O patrimônio líquido passou de R\$ 1.482,0 milhões em 31 de dezembro de 2017 para R\$ 1.801,2 milhões em 31 de dezembro de 2018, um acréscimo de R\$ 319,2 milhões, ou 21,5%. Na avaliação da diretoria da Companhia, os principais fatores desse aumento foram:

- redução de R\$ 147,5 milhões na conta prejuízo acumulado;
- redução de R\$ 117,0 milhões na conta Participação dos acionistas não controladores;
- aumento de R\$ 35,5 milhões na conta ajuste de avaliação patrimonial; e

- aumento de R\$ 19,2 milhões na conta Ajuste acumulado de conversão;

Saldo em 31 de Dezembro de 2017 comparado com o saldo em 31 de Dezembro de 2016

Ativo Circulante

O ativo circulante passou de R\$ 1.575,4 milhões em 31 de dezembro de 2016 para R\$ 1.565,1 milhões em 31 de dezembro de 2017, uma redução de R\$ 10,3 milhões, ou 0,7%. As principais variações, na avaliação da diretoria da Companhia, foram:

- Ampliação na conta Títulos e valores mobiliários, de R\$ 18,2 milhões;
- Redução no caixa e equivalentes de caixa, de R\$ 11,4 milhões.

Ativo Não Circulante

O ativo não circulante passou de R\$ 1.763,4 milhões em 31 de dezembro de 2016 para R\$ 1.974,4 milhões em 31 de dezembro de 2017, um aumento de R\$ 210,9 milhões, ou 12,0%.

Realizável a Longo Prazo

O ativo realizável a longo passou de R\$ 526,2 milhões em 31 de dezembro de 2016 para R\$ 531,8 milhões em 31 de dezembro de 2017, um aumento de R\$ 5,6 milhões, ou 1,1%. As principais variações, na avaliação da diretoria da Companhia, foram:

- Ampliação nas Partes Relacionadas, de R\$ 30,9 milhões, referente à ampliação do mútuo com empresas do grupo econômico; e
- Redução de Imposto de renda e contribuição social diferidos, de R\$ 26,5 milhões;
- Redução nos Valores a receber – venda de imobilizado, de R\$ 15,5 milhões, referente à venda do terreno não operacional em Montes Claros; e
- Ampliação nos Valores a receber – clientes, de R\$ 13,1 milhões.

Permanente

O ativo permanente passou de R\$ 1.237,2 milhões em 31 de dezembro de 2016 para R\$ 1.442,5 milhões em 31 de dezembro de 2017, um aumento de R\$ 205,3 milhões, ou 16,6%, refletindo aumento de R\$ 271,7 milhões em imóveis para investimento, parcialmente compensado por depreciação contábil no imobilizado.

Em 2017, consolidamos o projeto de locação no terreno localizado em São Gonçalo do Amarante, RN. A área disponível para locação totaliza mais de 300,0 mil m², dos quais 50,0 mil m² já foram arrendados e vários outros contratos estão em negociação. Realizamos nova avaliação deste imóvel, onde o valor justo apurado foi igual a R\$ 211,2 milhões.

Varição do valor justo das propriedades para investimento totalizou R\$ 46,9 milhões entre 31 de dezembro de 2016 e 31 de dezembro de 2017.

Passivo Circulante

O passivo circulante passou de R\$ 1.120,9 milhões em 31 de dezembro de 2016 para R\$ 1.097,0 milhões em 31 de dezembro de 2017, uma redução de R\$ 23,9 milhões, ou 2,1%. Na avaliação da diretoria da Companhia, as principais variações nas contas foram:

- redução de R\$ 123,0 milhões no saldo de debêntures decorrente da amortização da debenture emitida em 2014 e emissão de nova debenture com menor montante, sendo ainda a sua maior parte alocada em longo prazo;
- ampliação de R\$ 80,5 milhões no saldo de Empréstimos e financiamentos; e
- ampliação de R\$ 28,4 milhões na conta Fornecedores.

Passivo Não Circulante

O passivo não circulante passou de R\$ 904,4 milhões em 31 de dezembro de 2016 para R\$ 960,5 milhões em 31 de dezembro de 2017, uma ampliação de R\$ 56,1 milhões, ou 6,2%. Na avaliação da diretoria da Companhia, as principais variações nas contas foram:

- aumento de R\$ 50,7 milhões no saldo de Empréstimos e Financiamento de longo prazo decorrente do alongamento da dívida;

- aumento de R\$ 36,3 milhões no saldo de debêntures decorrente da emissão de nova debenture no valor de R\$ 50,0 milhões, sendo sua maior parte alocada em longo prazo;
- redução de R\$ 27,2 milhões no saldo de compra de imóvel para investimento decorrente dos valores pagos no exercício findo em 31 de dezembro referente a compra da Fazenda Tropical; e
- redução de R\$ 10,5 milhões no saldo Planos de aposentadoria e benefícios.

Patrimônio Líquido

O patrimônio líquido passou de R\$ 1.313,6 milhões em 31 de dezembro de 2016 para R\$ 1.482,0 milhões em 31 de dezembro de 2017, um acréscimo de R\$ 168,4 milhões, ou 12,8%. Na avaliação da diretoria da Companhia, as principais variações nas contas foram:

- aumento de R\$ 62,6 milhões em Participação dos acionistas não controladores;
- aumento de R\$ 59,6 milhões em Ajuste na Avaliação Patrimonial; e
- redução de R\$ 62,6 milhões no saldo Prejuízo acumulado.

ANÁLISE DO FLUXO DE CAIXA

Em R\$ milhões	2018	2017	2016
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais após juros e impostos	(265,0)	11,9	39,4
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de investimento	51,8	(64,3)	(197,7)
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de financiamento	179,4	44,6	164,0
Efeito da variação cambial sobre o caixa e equivalentes de caixa de controladas no exterior	6,9	(3,6)	(15,9)
Aumento (diminuição) no caixa e equivalentes de caixa	(26,9)	(11,4)	(10,2)

Análise das principais variações nos fluxos de caixa de 2018 vs 2017

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018, o caixa aplicado nas atividades operacionais foi de R\$ 265,0 milhões, R\$ 276,8 milhões acima dos R\$ 11,9 milhões gerado no exercício social findo em 31 de dezembro de 2017, devido, principalmente, a variação de R\$ 89,8 milhões no resultado operacional, excluindo o item recuperação de imposto, que não teve efeito caixa em 2018, e R\$ 249,0 milhões das variações das contas de ativos e passivos.

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018, o caixa gerado pelas atividades de investimento foi de R\$ 51,8 milhões, R\$ 116,0 milhões acima dos R\$ 64,3 milhões aplicados no exercício social findo em 31 de dezembro de 2017, devido, principalmente, ao aumento de R\$ 163,8 milhões de partes relacionadas.

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018, o caixa gerado nas atividades de financiamento foi de R\$ 179,4 milhões, ante R\$ 44,6 milhões gerados no exercício social findo em 31 de dezembro de 2017, devido ao maior ingresso de novos empréstimos, em relação às liquidações.

Análise das principais variações nos fluxos de caixa de 2017 vs 2016

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017, o caixa gerado pelas atividades operacionais foi de R\$ 22,7 milhões, ante os R\$ 39,4 milhões gerados no exercício social findo em 31 de dezembro de 2016, devido, principalmente, o aumento de R\$ 214,6 milhões dos efeitos não caixa do resultado do exercício, ao aumento de R\$ 22,0 milhões nas variações nas contas de ativos e passivos, que mais que compensou a ampliação de R\$ 213,5 milhões do lucro líquido.

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017, o caixa aplicado pelas atividades de investimento foi de R\$ 75,1 milhões, R\$ 122,7 milhões inferior aos R\$ 197,7 milhões aplicados no exercício social findo em 31 de dezembro de 2016, devido, principalmente, ao menor montante em investimentos permanentes ao recebimento de R\$ 44,9 milhões pela venda de ativo imobilizado.

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017, o caixa gerado pelas atividades de financiamento foi de R\$ 44,6 milhões, R\$ 119,4 milhões inferior dos R\$ 164,0 milhões gerados no exercício social findo em 31 de dezembro de 2016, devido à maior liquidação de empréstimos.

10.2 Os diretores devem comentar

a. Resultados das operações do emissor

i. Descrição de quaisquer componentes importantes da receita.

As receitas da Companhia nos anos de 2016, 2017, e 2018 decorrem basicamente de vendas de produtos de cama, mesa e banho e vestuário.

Seguindo o pronunciamento técnico CPC 31, a Companhia passou a reportar os ativos e passivos referentes às operações da América do Norte vendidas para a Keeco, conforme anunciado em dezembro de 2018, como “Operações descontinuadas” a partir do quarto trimestre de 2018 (4T18). Para efeito de comparação incluímos a reclassificação do exercício social findo em 31 de dezembro de 2017.

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018, o mercado na América do Sul representou 100% da receita consolidada da Companhia.

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017 reclassificado, o mercado na América do Sul representou 100% da receita consolidada da Companhia.

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017, o mercado na América do Sul representou 70% e o mercado na América do Norte representou 30% da receita consolidada da Companhia.

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016, o mercado na América do Sul representou 64% e o mercado na América do Norte representou 36% da receita consolidada da Companhia.

ii. Fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais.

Em 2018 o resultado operacional da Companhia apresentou crescimento de 129,0% em relação ao ano anterior reclassificado, totalizando R\$ 462,1 milhões, impulsionado, principalmente, pela recuperação de impostos, reconhecida em 2018, no valor de R\$ 350,1 milhões.

A receita líquida consolidada alcançou R\$ 1.778,9 milhões em 2018, 0,8% inferior à de 2017 ^{classificado}, com o efeito negativo da redução do volume vendido parcialmente compensado pelo efeito positivo de preço e *mix*.

Os custos dos produtos vendidos ficaram em linha com o ano anterior reclassificado.

As despesas de vendas, gerais e administrativas tiveram aumento de 4,8% em relação ao ano anterior.

O lucro operacional antes do resultado financeiro passou de R\$ 54,2 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016 para R\$ 271,4 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017, ampliação de R\$ 217,2 milhões, ou 400,9%. A ampliação deve-se principalmente aos maiores valores de equivalência patrimonial e às variações do valor justo de propriedades para investimentos e provisão para desvalorização de ativos.

O lucro operacional antes do resultado financeiro passou de R\$ 36,5 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2015 para R\$ 54,2 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016, ampliação de R\$ 17,7 milhões, ou 48,5%. A ampliação deve-se principalmente aos menores valores de despesas com vendas, gerais e administrativas e ao aumento do lucro bruto, que mais que compensou os menores valores de equivalência patrimonial e a provisão para desvalorização de ativos.

O lucro operacional antes do resultado financeiro passou de R\$ 44,9 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2014 para R\$ 36,5 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2015, redução de R\$ 8,4 milhões, ou 18,7%. A redução deve-se principalmente aos menores valores de equivalência patrimonial e de outras despesas líquidas, que mais que compensou o aumento do lucro bruto.

b. Variações das receitas atribuíveis a modificações de preços, taxas de câmbio, inflação, alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviços

As receitas da Companhia têm correlação direta com variações de preço e volumes dos produtos vendidos aos seus clientes. Quanto à inflação, sua correlação com a receita da Companhia é indireta, na medida em que os reajustes de preços dependem da demanda, dos preços de concorrentes, que incluem produtos importados.

A receita líquida consolidada alcançou R\$ 1.778,9 milhões em 2018, 0,8% inferior à de 2017 ^{classificado}, com o efeito negativo da redução do volume vendido parcialmente compensado pelo efeito positivo de preço e *mix*.

Houve decréscimo do volume de vendas de 8,7% entre anos, de 71,2 mil toneladas em 2017 reclassificado para 65,0 mil toneladas em 2018.

A receita líquida consolidada foi 3,1% inferior à de 2016, negativamente impactada por menores volumes de venda.

Houve redução do volume de vendas de 3,3% entre anos, de 122,9 mil toneladas em 2016 para 118,9 mil toneladas em 2016.

A receita líquida consolidada foi 2,1% superior à de 2015, positivamente impactada por maiores volumes de venda.

Houve aumento do volume de vendas de 4,7% entre anos, de 117,4 mil toneladas em 2015 para 122,9 mil toneladas em 2016, principalmente devido ao aumento expressivo de vendas de produtos intermediários, que está relacionado: (i) à substituição de produtos importados por produtos nacionais na cadeia de suprimentos de grandes varejistas; e (ii) ao término de ajuste de estoque no setor e maior confiança no crescimento das vendas no final do ano.

Quanto à flutuação de taxas de câmbio, a tradução da receita das operações da Companhia no exterior é diretamente impactada pela taxa de câmbio. A taxa de câmbio influencia também indiretamente na receita à medida que influi na competitividade dos produtos produzidos no Brasil, tanto no mercado internacional, contribuindo com o volume de exportação, como no mercado local, estabelecendo a participação de produtos importados.

Em 2017, a receita da Companhia na América do Norte, alcançou R\$ 784,6 milhões, ante R\$ 965,2 milhões em 2016, negativamente impactado pela apreciação do Real entre anos.

Em 2016, a receita da Companhia na América do Norte, alcançou R\$ 965,2 milhões, ante R\$ 923,8 milhões em 2015.

Em 2015, a receita da Companhia na América do Norte, alcançou R\$ 923,8 milhões, ante R\$ 698,2 milhões, devido, principalmente, à desvalorização do real em relação ao dólar americano em 2015.

c. Impacto da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro do emissor

A Companhia possui participação indireta em controladas no exterior cujas moedas funcionais são o Dólar e o Peso Argentino. O efeito da variação da paridade cambial dessas moedas para o Real, moeda funcional da Companhia, é contabilizado em conta do patrimônio líquido e somente afetará o resultado na hipótese de alienação ou baixa daqueles investimentos. A conversão das demonstrações financeiras dessas controladas para o Real pode gerar flutuações nas demonstrações financeiras consolidadas.

Os preços dos principais insumos de produção da Companhia tais como, algodão, poliéster e produtos químicos, são impactados pelo câmbio e pelos preços no mercado mundial.

O resultado financeiro é impactado pela taxa de juros, uma vez que a maioria da sua dívida é denominada em Reais e com taxa de juros flutuantes.

10.3 EFEITOS RELEVANTES QUE OS EVENTOS ABAIXO TENHAM CAUSADO OU SE ESPERA QUE VENHAM A CAUSAR NAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DO EMISSOR E EM SEUS RESULTADOS

a. Introdução ou alienação de segmento operacional

A controlada Springs Global celebrou, em 28 de dezembro de 2018, um acordo com a Keeco, empresa americana de produtos moda lar, para combinação de suas operações da América do Norte, avaliadas em US\$126 milhões, sujeita apenas a determinadas condições precedentes, usuais a este tipo de negócio, e, portanto, com alta probabilidade de ocorrência. Deste modo, seguindo o pronunciamento técnico CPC 31, a Companhia passou a reportar sua unidade de negócio América do Norte – Atacado como operação descontinuada a partir do quarto trimestre de 2018.

A Companhia não realizou nenhuma introdução ou alienação de segmento operacional nos exercícios sociais de 2016 e 2017.

b. Constituição, aquisição ou alienação de participação societária

A Companhia não realizou constituição, aquisição ou alienação de participação societária nos exercícios sociais de 2016.

Em 29 de dezembro de 2017, a Companhia efetuou aporte de capital no valor de R\$ 159,0 milhões na controlada Tropical Agroparticipações S.A. Em setembro de 2018, a Companhia vendeu sua controlada Tropical Agroparticipações S.A..

Em 2017, a controlada Springs Global US comprou ações do acionista minoritário da Springs Canada Holdings, aumentando a sua participação de 93,8% para 100,0%.

c. Eventos ou operações não usuais

A Companhia não realizou operações não usuais nos exercícios sociais de 2016, 2017 e 2018.

10.4 Os diretores devem comentar

a. Mudanças significativas nas práticas contábeis

2018

No exercício de 2018 não houve mudança significativa nas práticas contábeis.

2017

No exercício de 2017 não houve mudança significativa nas práticas contábeis.

2016

No exercício de 2016 não houve mudança significativa nas práticas contábeis.

b. Efeitos significativos das alterações em práticas contábeis

2018

No exercício de 2018 não houve efeitos significativos das alterações em práticas contábeis.

2017

No exercício de 2017 não houve efeitos significativos das alterações em práticas contábeis.

2016

No exercício de 2016 não houve efeitos significativos das alterações em práticas contábeis.

c. Ressalvas e ênfases presentes no parecer do auditor

Não houve ressalva nos pareceres emitidos pelos auditores.

10.5 Os diretores devem indicar e comentar políticas contábeis críticas adotadas pelo emissor, explorando, em especial, estimativas contábeis feitas pela administração sobre questões incertas e relevantes para a descrição da situação financeira e dos resultados, que exijam julgamentos subjetivos ou complexos, tais como: provisões, contingências,

reconhecimento da receita, créditos fiscais, ativos de longa duração, vida útil de ativos não-circulantes, planos de pensão, ajustes de conversão em moeda estrangeira, custos de recuperação ambiental, critérios para teste de recuperação de ativos e instrumentos financeiros.

As políticas contábeis critérios adotados na elaboração das demonstrações financeiras, de acordo com julgamento da Administração, são:

- (a) Investimentos no exterior- Os investimentos em controladas são avaliados pelo método de equivalência patrimonial, com base em balanço patrimonial levantado pelas respectivas controladas na mesma data-base da controladora. O valor do patrimônio líquido de controladas sediadas no exterior é convertido para Reais com base na taxa corrente de sua moeda funcional e a variação cambial apurada é registrada na conta de “Ajuste acumulado de conversão” no patrimônio líquido e também apresentado como outros resultados abrangentes, não afetando o resultado do exercício.
- (b) Intangível- Refere-se a marcas adquiridas, fundos de comércio e ágios decorrentes da aquisição de empresas. Os ativos intangíveis da Companhia possuem vida útil indefinida, portanto não são amortizados, mas testados anualmente quanto ao seu valor recuperável ou na ocorrência de fato que justifique sua avaliação. Mudança nos cenários macroeconômicos pode impactar no teste de realização dos Intangíveis como marcas e pontos comerciais.
- (c) Provisões diversas- A provisão foi constituída de acordo com a avaliação do risco efetuada pela Administração e pelos seus assessores jurídicos, para as perdas consideradas prováveis. A Administração da Companhia depende de análises de advogados independentes para avaliação das contingências tributárias, cíveis e trabalhistas.
- (d) Planos de aposentadoria complementar- Os custos associados aos planos são reconhecidos pelo regime de competência com base em cálculos atuariais. Os ganhos e perdas atuariais são reconhecidos no resultado quando incorridos. A expectativa de retorno sobre os ativos do plano foi desenvolvida em conjunto com os consultores externos e foram levadas em consideração as expectativas de longo prazo para retornos futuros, baseados na estratégia de investimentos atuais da controlada Springs Global US.
- (e) Propriedades para investimentos--São propriedades mantidas para obter renda ou valorização do capital. São registradas inicialmente ao custo e inclui os custos da transação. Após o reconhecimento inicial, são mensuradas pelo valor justo em contrapartida de resultados abrangentes e, a partir de então, são avaliadas anualmente, ou sempre que as circunstâncias indicarem que seu valor contábil não seja recuperável e as variações decorrentes desta avaliação, quando existentes, são reconhecidas no resultado do exercício.

10.8 ITENS RELEVANTES NÃO EVIDENCIADOS NAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DO EMISSOR

- a. Os ativos e passivos detidos pelo emissor, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (off-balance sheet items)**

Arrendamento mercantil

A controlada indireta Springs Global US aluga imóveis e equipamentos sob a condição de “leasing” operacional. O total da despesa com o arrendamento mercantil foi de R\$ 46,0 milhões em 2018, sendo R\$ 15,1 milhões referente às operações descontinuadas e R\$ 30,9 milhões referente às operações continuadas; R\$ 39,8 milhões em 2017, sendo R\$ 12,1 milhões referente às operações descontinuadas e R\$ 27,6 milhões referente às operações continuadas; e R\$ 42,1 milhões em 2016. As prestações continuam decrescentes até o final dos contratos, que terminam em diversas datas até 2030, totalizando R\$ 349,1 milhões, sendo R\$ 91,3 milhões referente às operações descontinuadas e R\$ 257,8 milhões referente às operações continuadas, conforme tabela a seguir.

Anos	2018	Operações descontinuadas	Operações continuadas
------	------	--------------------------	-----------------------

2019	38.124	14.918	23.206
2020	33.997	13.693	20.304
2021	34.249	13.752	20.497
2022	30.034	9.342	20.692
2023	27.170	6.273	20.897
<i>Sub-total</i>	163.574	57.978	105.596
2024-2030	185.553	33.350	152.202
Total	349.127	91.328	257.798

A controlada indireta Springs Global US concedeu a terceiros o subarrendamento mercantil (“sub-leasing”) de algumas localidades onde não havia mais o benefício econômico sobre o arrendamento pago. O total de receita com o subarrendamento mercantil foi de R\$ 17,9 milhões em 2018, sendo R\$ 0,2 milhão referente às operações descontinuadas e R\$ 17,6 milhões referente às operações continuadas; R\$ 14,6 milhões em 2017, sendo R\$ 0,2 milhão referente às operações descontinuadas e R\$ 14,4 milhões referente às operações continuadas; e R\$ 15,4 milhões em 2016.

Para o período de 2019 a 2030, o total das prestações de subarrendamento mercantil a receber pela controlada indireta Springs Global US é de R\$ 66,4 milhões.

A controlada indireta Springs Global US provisão de curto e longo prazo referente às operações continuadas que totalizava R\$ 23,2 milhões em 31 de dezembro de 2018, R\$ 21,0 milhões em 31 de dezembro de 2017, e R\$ 21,8 milhões em 31 de dezembro de 2016, que consiste na estimativa do valor presente das obrigações futuras de arrendamento mercantil (cujos contratos continuaram vigentes após o fechamento de algumas unidades fabris nos EUA), liquidado dos subarrendamentos já contratados e de uma receita estimada de subarrendamento das demais unidades fechadas que ainda não foram subarrendadas. Esse potencial de subarrendamento poderia resultar numa redução de R\$ 133,6 milhões nas obrigações demonstradas na tabela anterior.

b. Outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

Não existem outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras.

10.7 EM RELAÇÃO A CADA UM DOS ITENS NÃO EVIDENCIADOS NAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDICADOS NO ITEM 10.6

a. Como tais itens alteram ou poderão vir alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras do emissor

As despesas financeiras de arredamento mercantil, assim como as receitas financeiras do subarrendamento mercantil (“sub-leasing”), alteram o resultado operacional da Companhia nos valores mencionados no item 10.6.

b. Natureza e propósito da operação

Leasing operacional.

c. Natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor do emissor em decorrência da operação

Já mencionado no item 10.6.

10.8 PRINCIPAIS ELEMENTOS DO PLANO DE NEGÓCIOS DO EMISSOR

a. Investimentos

i. descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos

Na controlada Springs Global, os investimentos de capital da indústria refletem, fundamentalmente, investimentos de modernização de ativos. Já no varejo, os investimentos estão associados a gastos com reformas e benfeitorias de lojas próprias, além de investimentos relacionados a novas lojas próprias.

Em R\$ milhões	Investimentos		
	2018	2017	2016
Indústria	56,0	69,6	71,3
Varejo	6,1	1,6	2,4
Total	62,1	71,2	73,7

O valor de investimento estimado para 2019, na controlada Springs Global, encontra-se entre R\$ 50 e 70 milhões, de acordo com seu orçamento, que serão aplicados, principalmente, em melhoria operacional, como nos últimos três exercícios sociais.

ii. fontes de financiamento dos investimentos

Disponibilidades e expectativa de geração de caixa da própria operação.

iii. desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos

A controlada Springs Global celebrou, em 28 de dezembro de 2018, um acordo com a Keeco, empresa americana de produtos moda lar, para combinação de suas operações da América do Norte. A Springs Global, cujas operações foram avaliadas em US\$ 126 milhões, recebeu US\$ 90 milhões em dinheiro, no fechamento da transação ("closing"), e US\$ 36 milhões em ações da empresa combinada, Keeco Holdings, LLC, representando uma participação de 17,5% do seu capital social. O fechamento da transação ocorreu no dia 15 de março de 2019, após o cumprimento das condições precedentes.

Após reestruturação de sua capacidade operacional no Brasil, a controlada indireta da Companhia, Coteminas S.A., disponibilizou três ativos para venda, com valor contábil de cerca de R\$ 100 milhões e valor à mercado de R\$ 230 milhões, de acordo com avaliação efetuada em 2012 pela Cushman & Wakefield: (i) terreno em São Gonçalo do Amarante, RN; (ii) matriz em Montes Claros, MG; e (iii) parte da unidade em Blumenau, SC.

Em 10 de fevereiro de 2015, a controlada Springs Global anunciou ao mercado que sua controlada indireta Coteminas S.A. concluiu negociação de venda, para o Município de Montes Claros, do imóvel localizado na Av. Governador Magalhães Pinto, 4000, compreendendo o terreno de 161.930 m², com edificações com cerca de 28 mil m² de área construída, pelo valor total de R\$ 48 milhões de reais, a serem pagos em 48 meses, sendo 12 meses de carência, corrigido pelo Índice Geral de Preços do Mercado.

Em 31 de dezembro de 2016, haviam 8 parcelas vencidas. A Administração da Companhia classificou a totalidade do recebível como ativo não circulante, tendo como pressuposto a atual situação financeira do Município e também a possibilidade do alongamento dos vencimentos do referido crédito. A Administração da Companhia, baseada no parecer de seus advogados e em recente atualização do valor de mercado do imóvel, concluiu que atualmente não há expectativas de perdas com esse recebível, seja pela modificação das condições de pagamento ou pela retomada do imóvel.

Em janeiro de 2017, o Poder Executivo do município de Montes Claros, recém empossado, constituiu grupo de trabalho para reavaliar os benefícios econômicos e qualitativos do projeto, para juntos estabelecermos uma nova condição de pagamento do contrato, à luz da atual situação financeira do município.

Em outubro de 2017, a Prefeitura de Montes Claros e a controlada Coteminas S.A. assinaram protocolo de intenções com o objetivo de viabilizar a implantação do complexo da nova Prefeitura Municipal que irá abrigar o governo e as principais secretarias num único conjunto arquitetônico situado no imóvel. Os principais pontos do protocolo são: i) entrega de imóveis da Prefeitura, previamente selecionados, para pagamento

parcial dos recebíveis da controlada Coteminas S.A., os quais serão objeto de avaliação independente (estimado em 77% do valor total do recebível) mais a compensação de impostos municipais correntes e futuros (estimados em 23% do valor total do recebível) e ii) implantação pela controlada Coteminas S.A. da primeira etapa de adequação do complexo em até sete meses após a assinatura do contrato. A ratificação do protocolo deverá ser objeto de projeto de lei municipal a ser encaminhada pelo Poder Executivo à Câmara.

Em 21 de dezembro de 2018 foi promulgada lei nº 5.111, ratificando o protocolo de intenções acima referido determinando que fosse liquidado o recebível da controlada CSA corrigido até 31 de dezembro de 2017 no valor de R\$ 54,6 milhões, mais investimentos a serem realizados pela controlada Coteminas S.A. para a implantação da primeira etapa de adequação do complexo no valor orçado de até R\$ 11,2 milhões e reembolso dos valores despendidos pela controlada Coteminas S.A. com a contratação de projetos e avaliações independentes dos imóveis no valor de R\$ 0,4 milhão, da seguinte forma: (i) entrega de diversos imóveis de propriedade da Prefeitura, avaliados em R\$ 55,3 milhões; (ii) créditos de impostos e taxas municipais, no valor de R\$ 10,9 milhões.

Em 2017, consolidamos o projeto de locação no terreno localizado em São Gonçalo do Amarante, RN. A área disponível para locação totaliza mais de 300,0 mil m², dos quais 50,0 mil m² já foram arrendados e vários outros contratos estão em negociação. Realizamos nova avaliação deste imóvel, onde o valor justo apurado foi igual a R\$ 211,2 milhões. Em 2018, realizamos uma segunda mensuração do valor justo do complexo comercial, apurado em R\$ 248,3 milhões, com incremento de R\$ 18,3 milhões em relação à avaliação anterior.

Em 2018, disponibilizamos uma nova área de 520 mil m², no município de São Gonçalo do Amarante – RN, para início de empreendimento habitacional, com valor justo apurado de R\$ 44,3 milhões, em 31 de dezembro de 2018.

b. Aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva do emissor

Não ocorreram aquisições de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que podem influenciar materialmente a capacidade produtiva da Companhia nos últimos três exercícios sociais.

c. Novos produtos e serviços, indicando: (i) descrição das pesquisas em andamento já divulgadas; (ii) montantes totais gastos pelo emissor em pesquisas para desenvolvimento de novos produtos ou serviços; (iii) projetos em desenvolvimento já divulgados; (iv) montantes totais gastos pelo emissor no desenvolvimento de novos produtos ou serviços

Não há investimentos em novos produtos e serviços que podem influenciar materialmente o resultado da Companhia.

10.9 OUTROS FATORES QUE INFLUENCIARIAM DE MANEIRA RELEVANTE O DESEMPENHO OPERACIONAL E QUE NÃO TENHAM SIDO IDENTIFICADOS OU COMENTADOS NOS DEMAIS ITENS DESTA SEÇÃO 10

Não existem outros fatores que influenciariam de maneira relevante o desempenho operacional da Companhia e que não tenham sido identificados ou comentados nos demais itens desta seção 10.

**COMPANHIA DE TECIDOS NORTE DE MINAS –
COTEMINAS**

CNPJ/MF Nº 22.677.520/0001-76
NIRE 31.3.003.731.2

ANEXO II

Anexo 9-1-II da Instrução CVM no 481/09

Proposta de destinação do resultado do exercício

COMPANHIA TECIDOS NORTE DE MINAS - COTEMINAS

CNPJ/MF Nº 22.677.520/0001-76

NIRE 31.3.003.731.2

Companhia Aberta

Informações requeridas pelos artigos 10 e 12 da Instrução CVM nº 481/2009.

IDENTIFICAÇÃO

Companhia de Tecidos Norte de Minas - COTEMINAS, companhia aberta de capital autorizado, inscrita no CNPJ/MF sob n.º 22.677.520/0001-76, com atos constitutivos arquivados na Junta Comercial do Estado de Minas Gerais sob o NIRE 31.3.003.731.2.

REGISTRO NA CVM

n.º 00315-8

SEDE

Av. Lincoln Alves dos Santos, 955, Distrito Industrial, na cidade de Montes Claros, Estado de Minas Gerais.

**DIRETOR DE RELAÇÕES COM INVESTIDORES
ATENDIMENTO AOS ACIONISTAS**

João Batista da Cunha Bomfim
Telefone (11) 2145-4412
Fax (11) 2145-4583
e-mail: joao.bomfim@coteminas.com.br

AUDITORES INDEPENDENTES

BDO RCS Auditores Independentes.

TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

CTNM3 e CTNM4

JORNAIS NOS QUAIS DIVULGA INFORMAÇÕES

Diário Oficial do Estado de Minas Gerais e
Jornal de Notícias – Montes Claros, MG.

ANEXO 9-1-II

DESTINAÇÃO DO LUCRO LÍQUIDO

ANEXO 9-1-II

DESTINAÇÃO DO LUCRO LÍQUIDO

Os valores estão expressos em R\$ mil, exceto quando expressamente indicado.

1. Informar o lucro líquido do exercício

R\$ 231.591

2. Informar o montante global e o valor por ação dos dividendos, incluindo dividendos antecipados e juros sobre capital próprio já declarados

Montante Global Bruto: R\$ 0 – R\$0,00 por ação

Segundo o artigo 189 da Lei no 6.404/76, antes de qualquer participação, os prejuízos acumulados e a provisão para imposto sobre a renda serão deduzidos do resultado do exercício. Desta forma, o prejuízo acumulado da Companhia foi deduzido do resultado líquido do exercício de 2018. No final do exercício findo em 31 de dezembro de 2018, o prejuízo acumulado era igual a R\$ (68.825).

3. Informar o percentual do lucro líquido do exercício distribuído

0,0%

4. Informar o montante de global e o valor por ação de dividendos distribuídos com base em lucro de exercícios anteriores

Não aplicável

5. Informar, deduzidos os dividendos antecipados e juros sobre capital próprio já declarados:

- a. O valor bruto de dividendo e juros sobre capital próprio, de forma segregada, por ação de cada espécie e classe

Não aplicável

- b. A forma e o prazo de pagamento dos dividendos e juros sobre capital próprio

Não aplicável

- c. Eventual incidência de atualização e juros sobre os dividendos e juros sobre capital próprio
Não aplicável

- d. Data da declaração de pagamento dos dividendos e juros sobre capital próprio considerada para identificação dos acionistas que terão direito ao seu recebimento

Não aplicável

6. Caso tenha havido declaração de dividendos ou juros sobre capital próprio com base em lucros apurados em balanços semestrais ou em períodos menores

Não aplicável

- a. Informar o montante dos dividendos ou juros sobre capital próprio já declarados
b. Informar a data dos respectivos pagamentos

7. Fornecer tabela comparativa indicando os seguintes valores por ação de cada espécie e classe:

- a. Lucro líquido do exercício e dos 3 (três) exercícios anteriores

Exercício	Resultado líquido	Resultado básico por ação ordinária (em R\$)	Resultado básico por ação preferencial (em R\$)
2015	(76.175)	(2,5396)	(2,5396)
2016	(144.475)	(4,5966)	(4,5966)
2017	69.045	1,6258	1,6258
2018	231.591	4,7983	4,7983

- b. Dividendo e juro sobre capital próprio distribuído nos 3 (três) exercícios anteriores

Exercício	Dividendos	Juros sobre capital próprio
2015	-	-
2016	-	-
2017	-	-

8. Havendo destinação de lucros à reserva legal

Não aplicável

- a. Identificar o montante destinado à reserva legal
- b. Detalhar a forma de cálculo da reserva legal

9. Caso a companhia possua ações preferenciais com direito a dividendos fixos ou mínimos

Não aplicável

- a. Descrever a forma de cálculos dos dividendos fixos ou mínimos
- b. Informar se o lucro do exercício é suficiente para o pagamento integral dos dividendos fixos ou mínimos
- c. Identificar se eventual parcela não paga é cumulativa
- d. Identificar o valor global dos dividendos fixos ou mínimos a serem pagos a cada classe de ações preferenciais
- e. Identificar os dividendos fixos ou mínimos a serem pagos por ação preferencial de cada classe

10. Em relação ao dividendo obrigatório

- a. Descrever a forma de cálculo prevista no estatuto

Em cada exercício social, dividendo obrigatório igual a 1/3 do lucro líquido ajustado nos termos da lei, com a inclusão do resultado da equivalência Patrimonial das Controladas; ficando o saldo que houver será destinado, por deliberação da Assembleia Geral, conforme proposta dos órgãos da administração.

- b. Informar se ele está sendo pago integralmente

Não há dividendo obrigatório a ser distribuído relativo ao resultado líquido do exercício de 2018. Segundo o artigo 189 da Lei no 6.404/76, antes de qualquer participação, os prejuízos acumulados e a provisão para imposto sobre a renda serão deduzidos do resultado do exercício. Desta forma, o prejuízo acumulado da Companhia foi deduzido do resultado líquido do exercício de 2018. No final do exercício findo em 31 de dezembro de 2018, o prejuízo acumulado era igual a R\$ (68.825).

- c. Informar o montante eventualmente retido

Não aplicável.

11. Havendo retenção do dividendo obrigatório devido à situação financeira da companhia

Não aplicável.

- a. Informar o montante da retenção

- b. Descrever, pormenorizadamente, a situação financeira da companhia, abordando, inclusive, aspectos relacionados à análise de liquidez, ao capital de giro e fluxos de caixa positivos
- c. Justificar a retenção dos dividendos

12. Havendo destinação de resultado para reserva de contingências

Não aplicável.

- a. Identificar o montante destinado à reserva
- b. Identificar a perda considerada provável e sua causa
- c. Explicar porque a perda foi considerada provável
- d. Justificar a constituição da reserva

13. Havendo destinação de resultado para reserva de lucros a realizar

Não aplicável.

- a. Informar o montante destinado à reserva de lucros a realizar
- b. Informar a natureza dos lucros não-realizados que deram origem à reserva

14. Havendo destinação de resultado para reservas estatutárias

Não aplicável.

- a. Descrever as cláusulas estatutárias que estabelecem a reserva
- b. Identificar o montante destinado à reserva
- c. Descrever como o montante foi calculado

15. Havendo retenção de lucros prevista em orçamento de capital

Não aplicável.

- a. Identificar o montante da retenção
- b. Fornecer cópia do orçamento de capital

16. Havendo destinação de resultado para a reserva de incentivos fiscais

Não aplicável.

- a. Informar o montante destinado à reserva
- b. Explicar a natureza da destinação

**COMPANHIA DE TECIDOS NORTE DE MINAS –
COTEMINAS**

CNPJ/MF Nº 22.677.520/0001-76
NIRE 31.3.003.731.2

ANEXO III

Itens 12.5 a 12.10 do Formulário de Referência

Eleição dos Membros dos Conselhos de Administração e Fiscal

12.5

Conselho de Administração

Nome	Data de nascimento	Orgão administração	Data da eleição	Prazo do mandato	Número de mandatos consecutivos
CPF	Profissão	Cargo eletivo ocupado	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Percentual de participação nas reuniões
Outros cargos e funções exercidas no emissor				se é independente, critério	
Josué Christiano Gomes da Silva	25/12/1963	Conselho de Administração e Diretoria	30/04/2018 (a) / 15/05/2018 (b)	Até AGO de 2019 (a) 1 ano (b)	12 (a) e (b)
493.795.776-72	Engenheiro a Advogado	Presidente do Conselho de Administração (a)	30/04/2018 (a) / 15/05/2018 (b)	Sim	100%
Não		Diretor Presidente (b)		Não	
João Gustavo Rebello de Paula	14/07/1968	Conselho de Administração	31/04/2018	Até AGO de 2019	7
692.239.806-82	Engenheiro	Membro do Conselho de Administração	30/04/2018	Sim	100%
Não				Não	
Maria da Graça Campos Gomes da Silva	29/01/1959	Conselho de Administração	31/04/2018	Até AGO de 2019	1
401.273.896-87	Estilista	Membro do Conselho de Administração	30/04/2018	Sim	50%
Não				Não	
Patrícia Campos Gomes da Silva	24/05/1960	Conselho de Administração	31/04/2018	Até AGO de 2019	1
958.037.426-00	Decoradora de Interiores	Membro do Conselho de Administração	30/04/2018	Sim	50%
Não				Não	
Adelmo Pércope Gonçalves	20/07/1942	Conselho de Administração	31/04/2018	Até AGO de 2019	4
002.830.536-15	Bacharel em Direito	Membro do Conselho de Administração	30/04/2018	Sim	100%
Não				Não	
Jorge Kalache Filho	15/09/1949	Conselho de Administração	31/04/2018	Até AGO de 2019	5
178.165.217-15	Engenheiro	Membro do Conselho de Administração	30/04/2018	Sim	100%
Não				Independente	
Ricardo Antônio Weiss	17/06/1955	Conselho de Administração	31/04/2018	Até AGO de 2019	4
010.673.308-79	Engenheiro	Membro do Conselho de Administração	30/04/2018	Sim	100%
Não				Independente	

Principais Experiências Profissionais

Josué Christiano Gomes da Silva é formado em engenharia civil pela Universidade Federal de Minas Gerais e em direito pela Faculdade Milton Campos. Possui mestrado em administração de empresas pela Universidade de Vanderbilt, Tennessee (EUA). É presidente do Conselho de administração e diretor presidente da Wembley S.A., holding que controla indiretamente a emissora; da Companhia de Tecidos Norte de Minas - Coteminas, holding que controla diretamente a emissora; da Empresa Nacional de Comércio, Rédito e Participações S.A. – Encorpar, sociedade empresária da área têxtil e de investimentos; e, da Companhia Tecidos Santanense, indústria têxtil atuante no setor de vestuário e uniformes profissionais. É presidente do Conselho de Administração da Cantagalo General Grains S.A. e da CGG Trading S.A.. Atualmente é diretor-presidente das seguintes empresas José Alencar Gomes da Silva – Participações e Empreendimentos S.A., sociedade empresária de investimentos e participações; Fazenda do Cantagalo Ltda., sociedade que opera na área agropecuária e na produção e engarrafamento de aguardente; Econorte – Empresa Construtora Norte de Minas Ltda, sociedade da área da construção civil; Ecopar – Empresa de

Comércio e Participações Ltda, sociedade de investimentos e participações; Diretor Presidente da COTEMINAS S.A., Diretor Presidente da OXFORD COM. E PART. S.A.; Presidente da SEDA S.A.; e Diretor Presidente da AMMO Varejo; e da Springs Global Participações S.A., indústria têxtil atuante no setor de cama, mesa e banho; O Sr. Josué é membro do Conselho e ex-presidente do Instituto de Estudos para o Desenvolvimento Industrial – IEDI, ex-presidente da ABIT – Associação Brasileira da Indústria Têxtil e de Confecções, vice presidente da FIESP – Federação das Indústrias do Estado de São Paulo, vice-presidente do Conselho de Empresários da América Latina – CEAL, e presidente do ITMF – “International Textile Manufacturers Federation”.

João Gustavo Rebello de Paula é formado em engenharia mecânica pela UFMG, fez mestrado em administração de empresas (MBA) pela Kelly School of Business, Indiana University (EUA). O Sr. João Gustavo é diretor da Farpal Agropastoril e Participações Ltda, sociedade empresária que atua na área agropecuária; Econorte- Empresa Construtora Norte de Minas Ltda., sociedade do setor de construção civil; e, Ecopar- Empresa de Comércio e Participações Ltda., sociedade de investimentos e participações. Trabalhou, ainda, como diretor de novos negócios da Companhia de Tecidos Norte de Minas - COTEMINAS entre 1995 e 1997 e como consultor associado na Booz-Allen & Hamilton, entre 1993 e 1995. Atualmente é membro do Conselho de administração da Springs Global Participações S.A, da Companhia de Tecidos Norte de Minas - COTEMINAS e da Empresa Nacional de Comércio, Crédito e Participações S.A.- Encorpar. O Sr. João Gustavo é também membro da Companhia Tecidos Santanense.

Maria da Graça Campos Gomes da Silva é estilista e atualmente é membro do Conselho de Administração da Wembley Sociedade Anônima e da Companhia Tecidos Santanense e diretora da José Alencar Gomes da Silva – Comércio, Participações, e Empreendimentos S.A.

Patrícia Campos Gomes da Silva é decoradora de interiores e atualmente é membro do Conselho de Administração da Wembley Sociedade Anônima e e da Companhia Tecidos Santanense.

Adelmo Pércopo Gonçalves é formado em Direito pela Universidade Federal de Minas Gerais e é vice-presidente do Conselho de Administração da Companhia Tecidos Santanense, membro do Conselho de Administração da Companhia de Tecidos Norte de Minas – COTEMINAS e diretor VP da OXFORD Com. e Part. S.A..

Jorge Kalache Filho possui mestrado em Administração de Empresas pela PUC-RJ, pós-graduação em Economia Industrial pela FEA/UFRJ, pós-graduação em Engenharia Industrial – Finanças pela PUC/RJ, sendo formado em engenharia civil pela PUC/RJ. Entre 1974 e 2008, exerceu diversos cargos no BNDES – Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social, sendo o último Superintendente da Área Industrial. Atualmente, é membro do Conselho Deliberativo da FAPES, membro suplente do Conselho de Administração da TAESA e da ODONTOPREV, e membro suplente do Conselho Fiscal da BNDESPAR.

Ricardo Antônio Weiss é formado em engenharia civil pela Escola Politécnica da Universidade de São Paulo, fez pós graduação em administração de empresas pela Fundação Getúlio Vargas (CEAG). O Sr. Weiss é Fundador e CEO da W Consultoria e Participações Ltda e Managing Partner da OHG Mining. Trabalhou, ainda, como diretor Geral da *holding* operacional Camargo Corrêa S.A., diretor executivo da Anglo American, Diretor Executivo de Commodities na Copersucar e CEO da Tavex Corporation. Atualmente é membro do Conselho de Administração da T4U Holdings Brasil e da Log-in Logística Integrada.

Conselho Fiscal

Nome	Data de nascimento	Orgão administração	Data da eleição	Prazo do mandato	Número de mandatos consecutivos
CPF	Profissão	Cargo eletivo ocupado	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Percentual de participação nas reuniões
Outros cargos e funções exercidas no emissor				se é independente, critério	
César Pereira Vanucci	10/08/1932	Conselho Fiscal	31/04/2018	Até AGO de 2019	19
001.710.266-91	Bacharel em Direito	Membro do Conselho Fiscal (Efetivo)	30/04/2018	Sim	100%
Não					

João Martinez Fortes Júnior	07/04/1962	Conselho Fiscal	31/04/2018	Até AGO de 2019	9
060.710.266-91	Contador	Membro do Conselho Fiscal (Efetivo)	30/04/2018	Sim	100%
Não					
Norton Antonio Fagundes Reis	22/09/1949	Conselho Fiscal	31/04/2018	Até AGO de 2019	3
138.351.226-49	Bacharel em Direito	Membro do Conselho Fiscal (Efetivo)	30/04/2018	Sim	100%
Não					
Ideu da Silveira e Silva	10/07/1940	Conselho Fiscal	31/04/2018	Até AGO de 2019	19
002.116.486-04	Bacharel em Direito	Membro do Conselho Fiscal (Suplente)	30/04/2018	Sim	n.a.
Não					
Antônio Luciano da Costa	24/05/1948	Conselho Fiscal	31/04/2018	Até AGO de 2019	3
096.021.516-68	contador	Membro do Conselho Fiscal (Suplente)	30/04/2018	Sim	n.a.
Não					
Danilo Achilles Savassi	09/01/1923	Conselho Fiscal	31/04/2018	Até AGO de 2019	18
001.377.156-68	Bacharel em Direito	Membro do Conselho Fiscal (Suplente)	30/04/2018	Sim	n.a.
Não					

Principais Experiências Profissionais

César Pereira Vanucci é bacharel em Direito e membro efetivo do conselho fiscal da Companhia de Tecidos Norte de Minas – COTEMINAS, da Companhia Tecidos Santanense, e da Springs Global Participações S.A..

João Martinez Fortes Júnior é contador e membro efetivo do conselho fiscal da Companhia de Tecidos Norte de Minas – COTEMINAS, da Springs Global Participações S.A., e da Companhia Tecidos Santanense.

Norton Antonio Fagundes Reis é advogado, formado pela Faculdade de Ciências Jurídicas Vianna Júnior de Juiz de Fora/ MG e registrado na OAB/MG sob o n.º 26.291; Contador, formado pela Faculdade de Ciências Contábeis de Visconde do Rio Branco/MG e registrado no CRC/MG sob o n.º 034835/0; Ex-presidente e Ex-Diretor da Associação Comercial e Industrial de Ubá/MG; Ex-diretor da Empresa Wembley S.A.; Ex-diretor da Companhia de Tecidos Norte de Minas – COTEMINAS.

Ideu da Silveira e Silva é formado em Direito e membro suplente do conselho fiscal da CIA. DE TECIDOS NORTE DE MINAS – COTEMINAS, da COMPANHIA TECIDOS SANTANENSE e da SPRINGS GLOBAL PARTICIPAÇÕES S.A..

Antônio Luciano da Costa é bacharel em Ciências Contábeis pela Faculdade de Ciências Contábeis de Visconde do Rio Branco/MG; Ex-diretor da Associação Comercial e Industrial de Ubá/MG; Ex-diretor da Empresa Wembley S.A..

Danilo Achilles Savassi é formado em direito e membro suplente do conselho fiscal da Companhia de Tecidos Norte de Minas – COTEMINAS, e da Companhia Tecidos Santanense.

Descrição de qualquer dos seguintes eventos que tenham ocorrido durante os últimos 5 anos:

i. qualquer condenação criminal:

Não há qualquer condenação criminal envolvendo os membros da Administração e do conselho fiscal indicados acima.

ii. qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas:

Não há qualquer condenação em processo administrativo da CVM envolvendo os membros da Administração e do conselho fiscal acima indicados.

iii. qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer:

Não há qualquer condenação transitada em julgado envolvendo os membros da Administração e do conselho fiscal acima indicados.

12.6. Em relação a cada um dos membros do conselho de administração e do conselho fiscal do emissor, informar, em forma de tabela, o percentual de participação nas reuniões realizadas pelo respectivo órgão no último exercício, que tenham ocorrido após a posse no cargo.

Conselho de Administração

Nome	Período	Nº Reuniões realizadas (A)	Nº Reuniões atendidas (B)	% Participação (B) / (A)
Josué Christiano Gomes da Silva	30/04/2018 - 31/12/2018	10	10	100%
João Gustavo Rebello de Paula	30/04/2018 - 31/12/2018	10	10	100%
Maria da Graça Campos Gomes da Silva	30/04/2018 - 31/12/2018	10	5	50%
Patrícia Campos Gomes da Silva	30/04/2018 - 31/12/2018	10	5	50%
Adelmo Pércope Gonçalves	30/04/2018 - 31/12/2018	10	10	100%
Jorge Kalache Filho	30/04/2018 - 31/12/2018	10	10	100%
Ricardo Antônio Weiss	30/04/2018 - 31/12/2018	10	10	100%

Conselho Fiscal

Nome	Período	Nº Reuniões realizadas (A)	Nº Reuniões atendidas (B)	% Participação (B) / (A)
César Pereira Vanucci	30/04/2018 - 31/12/2018	3	3	100%
João Martinez Fortes Júnior	30/04/2018 - 31/12/2018	3	3	100%
Norton Antonio Fagundes Reis	30/04/2018 - 31/12/2018	3	3	100%
Ildeu da Silveira e Silva	30/04/2018 - 31/12/2018	n.a.	n.a.	n.a.
Antônio Luciano da Costa	30/04/2018 - 31/12/2018	n.a.	n.a.	n.a.
Danilo Achilles Savassi	30/04/2018 - 31/12/2018	n.a.	n.a.	n.a.

12.7. Composição dos comitês estatutários, bem como dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, ainda que tais comitês ou estruturas não sejam estatutários

Não aplicável, pois a Companhia não possui comitês estatutários nem comitês de auditoria, de risco, financeiro ou de remuneração.

12.8. Em relação a cada pessoa que atua como membro de comitês estatutários, bem como dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, ainda que tais comitês ou estruturas não sejam estatutários, informar, em formato de tabela, o percentual de participação nas reuniões realizadas pelo respectivo órgão no mesmo período, que tenham ocorrido após a posse no cargo

Não aplicável, pois a Companhia não possui comitês estatutários nem comitês de auditoria, de risco, financeiro ou de remuneração.

12.9. Existência de relação conjugal, união estável ou parentesco até o 2º grau relacionadas a administradores do emissor, controladas e controladores

a. administradores do emissor

Administradores do emissor ou controlada:

- Nome: Josué Christiano Gomes da Silva / CPF: 493.795.776-72
- Nome empresarial do emissor ou controlada: Companhia de Tecidos Norte de Minas - Coteminas / CNPJ: 22.677.520/0001-76
- Cargo: Diretor Presidente e Presidente do Conselho de Administração

Pessoa relacionada:

- Nome: Patrícia Campos Gomes da Silva / CPF: 958.037.426-00

- Nome empresarial da Companhia ou controlada: Companhia de Tecidos Norte de Minas - Coteminas / CNPJ: 22.677.520/0001-76
- Cargo: Candidata a Membro do Conselho de Administração

Tipo de parentesco: Irmão/Irmã

Administradores do emissor ou controlada:

- Nome: Josué Christiano Gomes da Silva / CPF: 493.795.776-72
- Nome empresarial do emissor ou controlada: Companhia de Tecidos Norte de Minas - Coteminas / CNPJ: 22.677.520/0001-76
- Cargo: Diretor Presidente e Presidente do Conselho de Administração

Pessoa relacionada:

- Nome: Maria da Graça Campos Gomes da Silva / CPF: 401.273.896-87
- Nome empresarial da Companhia ou controlada: Companhia de Tecidos Norte de Minas - Coteminas / CNPJ: 22.677.520/0001-76
- Cargo: Candidata a Membro do Conselho de Administração

Tipo de parentesco: Irmão/Irmã

Administradores do emissor ou controlada:

- Nome: Patrícia Campos Gomes da Silva / CPF: 958.037.426-00
- Nome empresarial da Companhia ou controlada: Companhia de Tecidos Norte de Minas - Coteminas / CNPJ: 22.677.520/0001-76
- Cargo: Candidata a Membro do Conselho de Administração

Pessoa relacionada:

- Nome: Maria da Graça Campos Gomes da Silva / CPF: 401.273.896-87
- Nome empresarial da Companhia ou controlada: Companhia de Tecidos Norte de Minas - Coteminas / CNPJ: 22.677.520/0001-76
- Cargo: Candidata a Membro do Conselho de Administração

Tipo de parentesco: Irmão/Irmã

Administradores do emissor ou controlada:

- Nome: Maria da Graça Campos Gomes da Silva / CPF: 401.273.896-87 72
- Nome empresarial do emissor ou controlada: Companhia de Tecidos Norte de Minas - Coteminas / CNPJ: 22.677.520/0001-76
- Cargo: Candidata a Membro do Conselho de Administração

Pessoa relacionada:

- Nome: Patrícia Campos Gomes da Silva / CPF: 958.037.426-00
- Nome empresarial da Companhia ou controlada: Companhia de Tecidos Norte de Minas - Coteminas / CNPJ: 22.677.520/0001-76
- Cargo: Candidata a Membro do Conselho de Administração

Tipo de parentesco: Irmão/Irmã

b. (i) administradores da Companhia e (ii) administradores de controladas, diretas ou indiretas, da Companhia

Não aplicável.

c. (i) administradores da Companhia ou de suas controladas, diretas ou indiretas e (ii) controladores diretos ou indiretos da Companhia

Administradores do emissor ou controlada:

- Nome: Josué Christiano Gomes da Silva / CPF: 493.795.776-72
- Nome empresarial do emissor ou controlada: Companhia de Tecidos Norte de Minas - Coteminas / CNPJ: 22.677.520/0001-76
- Cargo: Diretor Presidente e Presidente do Conselho de Administração

Pessoa relacionada:

- Nome: Mariza Campos Gomes da Silva / CPF: 056.610.046-05
- Nome empresarial da Companhia ou controlada: Companhia de Tecidos Norte de Minas - Coteminas / CNPJ: 22.677.520/0001-76
- Cargo: Controladora indireta da Companhia

Tipo de parentesco: Filho/Mãe

Administradores do emissor ou controlada:

- Nome: Josué Christiano Gomes da Silva / CPF: 493.795.776-72
- Nome empresarial do emissor ou controlada: Companhia de Tecidos Norte de Minas - Coteminas / CNPJ: 22.677.520/0001-76
- Cargo: Diretor Presidente e Presidente do Conselho de Administração

Pessoa relacionada:

- Nome: Patrícia Campos Gomes da Silva / CPF: 958.037.426-00
- Nome empresarial da Companhia ou controlada: Companhia de Tecidos Norte de Minas - Coteminas / CNPJ: 22.677.520/0001-76
- Cargo: Controladora indireta da Companhia

Tipo de parentesco: Irmão/Irmã

Administradores do emissor ou controlada:

- Nome: Josué Christiano Gomes da Silva / CPF: 493.795.776-72
- Nome empresarial do emissor ou controlada: Companhia de Tecidos Norte de Minas - Coteminas / CNPJ: 22.677.520/0001-76
- Cargo: Diretor Presidente e Presidente do Conselho de Administração

Pessoa relacionada:

- Nome: Maria da Graça Campos Gomes da Silva / CPF: 401.273.896-87
- Nome empresarial da Companhia ou controlada: Companhia de Tecidos Norte de Minas - Coteminas / CNPJ: 22.677.520/0001-76
- Cargo: Controladora indireta da Companhia

Tipo de parentesco: Irmão/Irmã

Administradores do emissor ou controlada:

- Nome: Josué Christiano Gomes da Silva / CPF: 493.795.776-72
- Nome empresarial do emissor ou controlada: Companhia de Tecidos Norte de Minas - Coteminas / CNPJ: 22.677.520/0001-76
- Cargo: Diretor Presidente e Presidente do Conselho de Administração

Pessoa relacionada:

- Nome: Maria Cristina Gomes da Silva / CPF: 563.631.416-72
- Nome empresarial da Companhia ou controlada: Companhia de Tecidos Norte de Minas - Coteminas / CNPJ: 22.677.520/0001-76
- Cargo: Controladora indireta da Companhia

Tipo de parentesco: Marido/Esposa

Administradores do emissor ou controlada:

- Nome: Josué Christiano Gomes da Silva / CPF: 493.795.776-72
- Nome empresarial do emissor ou controlada: Springs Global Participações S.A. / CNPJ: 07.718.269/0001-57
- Cargo: Diretor Presidente e Membro do Conselho de Administração

Pessoa relacionada:

- Nome: Mariza Campos Gomes da Silva / CPF: 056.610.046-05
- Nome empresarial da Companhia ou controlada: Companhia de Tecidos Norte de Minas - Coteminas / CNPJ: 22.677.520/0001-76
- Cargo: Controladora indireta da Companhia

Tipo de parentesco: Filho/Mãe

Administradores do emissor ou controlada:

- Nome: Josué Christiano Gomes da Silva / CPF: 493.795.776-72
- Nome empresarial do emissor ou controlada: Springs Global Participações S.A. / CNPJ: 07.718.269/0001-57
- Cargo: Diretor Presidente e Membro do Conselho de Administração

Pessoa relacionada:

- Nome: Patrícia Campos Gomes da Silva / CPF: 958.037.426-00
- Nome empresarial da Companhia ou controlada: Companhia de Tecidos Norte de Minas - Coteminas / CNPJ: 22.677.520/0001-76
- Cargo: Controladora indireta da Companhia

Tipo de parentesco: Irmão/Irmã

Administradores do emissor ou controlada:

- Nome: Josué Christiano Gomes da Silva / CPF: 493.795.776-72
- Nome empresarial do emissor ou controlada: Springs Global Participações S.A. / CNPJ: 07.718.269/0001-57
- Cargo: Diretor Presidente e Membro do Conselho de Administração

Pessoa relacionada:

- Nome: Maria da Graça Campos Gomes da Silva / CPF: 401.273.896-87
- Nome empresarial da Companhia ou controlada: Companhia de Tecidos Norte de Minas - Coteminas / CNPJ: 22.677.520/0001-76
- Cargo: Controladora indireta da Companhia

Tipo de parentesco: Irmão/Irmã

Administradores do emissor ou controlada:

- Nome: Josué Christiano Gomes da Silva / CPF: 493.795.776-72
- Nome empresarial do emissor ou controlada: Springs Global Participações S.A. / CNPJ: 07.718.269/0001-57
- Cargo: Diretor Presidente e Membro do Conselho de Administração

Pessoa relacionada:

- Nome: Maria Cristina Gomes da Silva / CPF: 563.631.416-72
- Nome empresarial da Companhia ou controlada: Companhia de Tecidos Norte de Minas - Coteminas / CNPJ: 22.677.520/0001-76
- Cargo: Controladora indireta da Companhia

Tipo de parentesco: Marido/Esposa

Administradores do emissor ou controlada:

- Nome: Mariza Campos Gomes da Silva / CPF: 056.610.046-05

- Nome empresarial do emissor ou controlada: Companhia Tecidos Santanense / CNPJ: 21.255.567/0001-89
- Cargo: Membro do Conselho de Administração

Pessoa relacionada:

- Nome: Josué Christiano Gomes da Silva / CPF: 493.795.776-72
- Nome empresarial da Companhia ou controlada: Companhia de Tecidos Norte de Minas - Coteminas / CNPJ: 22.677.520/0001-76
- Cargo: Controlador indireta da Companhia

Tipo de parentesco: Mãe/Filho

Administradores do emissor ou controlada:

- Nome: Mariza Campos Gomes da Silva / CPF: 056.610.046-05
- Nome empresarial do emissor ou controlada: Companhia Tecidos Santanense / CNPJ: 21.255.567/0001-89
- Cargo: Membro do Conselho de Administração

Pessoa relacionada:

- Nome: Patrícia Campos Gomes da Silva / CPF: 958.037.426-00
- Nome empresarial da Companhia ou controlada: Companhia de Tecidos Norte de Minas - Coteminas / CNPJ: 22.677.520/0001-76
- Cargo: Controladora indireta da Companhia

Tipo de parentesco: Mãe/Filha

Administradores do emissor ou controlada:

- Nome: Mariza Campos Gomes da Silva / CPF: 056.610.046-05
- Nome empresarial do emissor ou controlada: Companhia Tecidos Santanense / CNPJ: 21.255.567/0001-89
- Cargo: Membro do Conselho de Administração

Pessoa relacionada:

- Nome: Maria da Graça Campos Gomes da Silva / CPF: 401.273.896-87
- Nome empresarial da Companhia ou controlada: Companhia de Tecidos Norte de Minas - Coteminas / CNPJ: 22.677.520/0001-76
- Cargo: Controladora indireta da Companhia

Tipo de parentesco: Mãe/Filha

Administradores do emissor ou controlada:

- Nome: Patrícia Campos Gomes da Silva / CPF: 958.037.426-00
- Nome empresarial do emissor ou controlada: Companhia Tecidos Santanense / CNPJ: 21.255.567/0001-89
- Cargo: Membro do Conselho de Administração

Pessoa relacionada:

- Nome: Josué Christiano Gomes da Silva / CPF: 493.795.776-72
- Nome empresarial da Companhia ou controlada: Companhia de Tecidos Norte de Minas - Coteminas / CNPJ: 22.677.520/0001-76
- Cargo: Controlador indireta da Companhia

Tipo de parentesco: Irmã/Irmão

Administradores do emissor ou controlada:

- Nome: Patrícia Campos Gomes da Silva / CPF: 958.037.426-00

- Nome empresarial do emissor ou controlada: Companhia Tecidos Santanense / CNPJ: 21.255.567/0001-89
- Cargo: Membro do Conselho de Administração

Pessoa relacionada:

- Nome: Mariza Campos Gomes da Silva / CPF: 056.610.046-05
- Nome empresarial da Companhia ou controlada: Companhia de Tecidos Norte de Minas - Coteminas / CNPJ: 22.677.520/0001-76
- Cargo: Controladora indireta da Companhia

Tipo de parentesco: Filha/Mãe

Administradores do emissor ou controlada:

- Nome: Patrícia Campos Gomes da Silva / CPF: 958.037.426-00
- Nome empresarial do emissor ou controlada: Companhia Tecidos Santanense / CNPJ: 21.255.567/0001-89
- Cargo: Membro do Conselho de Administração

Pessoa relacionada:

- Nome: Maria da Graça Campos Gomes da Silva / CPF: 401.273.896-87
- Nome empresarial da Companhia ou controlada: Companhia de Tecidos Norte de Minas - Coteminas / CNPJ: 22.677.520/0001-76
- Cargo: Controladora indireta da Companhia

Tipo de parentesco: Irmã/Irmã

Administradores do emissor ou controlada:

- Nome: Maria da Graça Campos Gomes da Silva / CPF: 401.273.896-87
- Nome empresarial do emissor ou controlada: Companhia Tecidos Santanense / CNPJ: 21.255.567/0001-89
- Cargo: Membro do Conselho de Administração

Pessoa relacionada:

- Nome: Josué Christiano Gomes da Silva / CPF: 493.795.776-72
- Nome empresarial da Companhia ou controlada: Companhia de Tecidos Norte de Minas - Coteminas / CNPJ: 22.677.520/0001-76
- Cargo: Controlador indireta da Companhia

Tipo de parentesco: Irmã/Irmão

Administradores do emissor ou controlada:

- Nome: Maria da Graça Campos Gomes da Silva / CPF: 401.273.896-87
- Nome empresarial do emissor ou controlada: Companhia Tecidos Santanense / CNPJ: 21.255.567/0001-89
- Cargo: Membro do Conselho de Administração

Pessoa relacionada:

- Nome: Mariza Campos Gomes da Silva / CPF: 056.610.046-05
- Nome empresarial da Companhia ou controlada: Companhia de Tecidos Norte de Minas - Coteminas / CNPJ: 22.677.520/0001-76
- Cargo: Controladora indireta da Companhia

Tipo de parentesco: Filha/Mãe

Administradores do emissor ou controlada:

- Nome: Maria da Graça Campos Gomes da Silva / CPF: 401.273.896-87

- Nome empresarial do emissor ou controlada: Companhia Tecidos Santanense / CNPJ: 21.255.567/0001-89
- Cargo: Membro do Conselho de Administração

Pessoa relacionada:

- Nome: Patrícia Campos Gomes da Silva / CPF: 958.037.426-00
- Nome empresarial da Companhia ou controlada: Companhia de Tecidos Norte de Minas - Coteminas / CNPJ: 22.677.520/0001-76
- Cargo: Controladora indireta da Companhia

Tipo de parentesco: Irmã/Irmã

d. (i) administradores da Companhia e (ii) administradores das sociedades controladoras diretas e indiretas da Companhia

Administradores do emissor ou controlada:

- Nome: Josué Christiano Gomes da Silva / CPF: 493.795.776-72
- Nome empresarial do emissor ou controlada: Companhia de Tecidos Norte de Minas - Coteminas / CNPJ: 22.677.520/0001-76
- Cargo: Diretor Presidente e Presidente do Conselho de Administração

Pessoa relacionada:

- Nome: Mariza Campos Gomes da Silva / CPF: 056.610.046-05
- Nome empresarial da Companhia ou controlada: Wembley S.A. / CNPJ: 25.329.319/0001-96
- Cargo: Vice presidente do Conselho de Administração e Vice Presidente

Tipo de parentesco: Filho/Mãe

Administradores do emissor ou controlada:

- Nome: Josué Christiano Gomes da Silva / CPF: 493.795.776-72
- Nome empresarial do emissor ou controlada: Companhia de Tecidos Norte de Minas - Coteminas / CNPJ: 22.677.520/0001-76
- Cargo: Diretor Presidente e Presidente do Conselho de Administração

Pessoa relacionada:

- Nome: Patrícia Campos Gomes da Silva / CPF: 958.037.426-00
- Nome empresarial da Companhia ou controlada: Wembley S.A. / CNPJ: 25.329.319/0001-96
- Cargo: Membro do Conselho de Administração

Tipo de parentesco: Irmão/Irmã

Administradores do emissor ou controlada:

- Nome: Josué Christiano Gomes da Silva / CPF: 493.795.776-72
- Nome empresarial do emissor ou controlada: Companhia de Tecidos Norte de Minas - Coteminas / CNPJ: 22.677.520/0001-76
- Cargo: Diretor Presidente e Presidente do Conselho de Administração

Pessoa relacionada:

- Nome: Maria da Graça Campos Gomes da Silva / CPF: 401.273.896-87
- Nome empresarial da Companhia ou controlada: Wembley S.A. / CNPJ: 25.329.319/0001-96
- Cargo: Membro do Conselho de Administração

Tipo de parentesco: Irmão/Irmã

Administradores do emissor ou controlada:

- Nome: Josué Christiano Gomes da Silva / CPF: 493.795.776-72

- Nome empresarial do emissor ou controlada: Companhia de Tecidos Norte de Minas - Coteminas / CNPJ: 22.677.520/0001-76
- Cargo: Diretor Presidente e Presidente do Conselho de Administração

Pessoa relacionada:

- Nome: Maria Cristina Gomes da Silva / CPF: 563.631.416-72
- Nome empresarial da Companhia ou controlada: Wembley S.A. / CNPJ: 25.329.319/0001-96
- Cargo: Membro do Conselho de Administração

Tipo de parentesco: Marido/Esposa

12.10. Existência de relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladores e outros, nos três últimos exercícios sociais, entre administradores do emissor e:

- e. Sociedade controla, direta ou indiretamente, pelo emissor, com exceção daquelas em que o emissor detenha, direta ou indiretamente, a totalidade do capital social**

Para os três últimos exercícios sociais:

Administradores do emissor ou controlada:

- Nome: Josué Christiano Gomes da Silva / CPF: 493.795.776-72
- Nome empresarial do emissor ou controlada: Companhia de Tecidos Norte de Minas Coteminas / CNPJ: 22.677.520/0001-76
- Cargo: Diretor Presidente e Presidente do Conselho de Administração

Pessoa relacionada:

- Nome empresarial da Companhia ou controlada: Springs Global Participações S.A. / CNPJ: 07.718.269/0001-57
- Cargo: Diretor Presidente e Membro do Conselho de Administração

Tipo de pessoa relacionada: controlada direta

Administradores do emissor ou controlada:

- Nome: Josué Christiano Gomes da Silva / CPF: 493.795.776-72
- Nome empresarial do emissor ou controlada: Companhia de Tecidos Norte de Minas Coteminas / CNPJ: 22.677.520/0001-76
- Cargo: Diretor Presidente e Presidente do Conselho de Administração

Pessoa relacionada:

- Nome empresarial da Companhia ou controlada: Companhia de Tecidos Santanense/ CNPJ: 21.255.567/0001-89
- Cargo: Diretor Presidente e Presidente do Conselho de Administração

Tipo de pessoa relacionada: controlada indireta

Para o exercício social findo em 31 de dezembro de 2014 apenas.

Administradores do emissor ou controlada:

- Nome: Josué Christiano Gomes da Silva / CPF: 493.795.776-72
- Nome empresarial do emissor ou controlada: Companhia de Tecidos Norte de Minas Coteminas / CNPJ: 22.677.520/0001-76
- Cargo: Diretor Presidente e Presidente do Conselho de Administração

Pessoa relacionada:

- Nome empresarial da Companhia ou controlada: AMMO Varejo Ltda. / CNPJ: 03.494.776/0001-01
- Cargo: Diretor Presidente

Tipo de pessoa relacionada: controlada indireta

f. Controlador direto ou indireto do emissor

Para os três últimos exercícios sociais:

Administradores do emissor ou controlada:

- Nome: Josué Christiano Gomes da Silva / CPF: 493.795.776-72
- Nome empresarial do emissor ou controlada: Companhia de Tecidos Norte de Minas Coteminas / CNPJ: 22.677.520/0001-76
- Cargo: Diretor Presidente e Presidente do Conselho de Administração

Pessoa relacionada:

- Nome empresarial da Companhia ou controlada: Wembley S.A. / CNPJ: 25.329.319/0001-96
- Cargo: Presidente do Conselho de Administração e Diretor Presidente

Tipo de pessoa relacionada: controlador direto

g. Caso seja relevante, fornecedor, cliente, devedor ou credor do emissor, de sua controlada ou controladas ou controladas dessas pessoas

Não aplicável

**COMPANHIA DE TECIDOS NORTE DE MINAS –
COTEMINAS**

CNPJ/MF Nº 22.677.520/0001-76
NIRE 31.3.003.731.2

ANEXO IV

Item 13 do Formulário de Referência

Remuneração dos Administradores

REMUNERAÇÃO GLOBAL DOS ADMINISTRADORES

Propor à apreciação da Assembleia Geral Ordinária o valor anual de R\$3.200.000,00 (três milhões e duzentos mil reais) distribuídos da seguinte forma:

Conselho Fiscal - R\$250.000,00
Conselho de Administração – R\$1.200.000,00
Diretoria - R\$1.750.000,00

Montes Claros-MG, 12 de abril de 2019.

João Batista da Cunha Bomfim
Diretor de relações com investidor

13. Remuneração dos administradores

13.1. Política ou prática de remuneração do conselho de administração, da diretoria estatutária e não estatutária, do conselho fiscal, dos comitês estatutários e dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração

A Companhia de Tecidos Norte de Minas - Coteminas (“Companhia”) e suas controladas adotam uma política de remuneração única que estabelece as diretrizes a serem observadas quanto à remuneração do pessoal-chave da sua administração.

Constitui pessoal-chave da administração da Companhia e suas controladas, para fins da Política, os membros do conselho de administração, da diretoria estatutária e não estatutária (“diretoria”) e do conselho fiscal (“Pessoal-Chave da Administração”).

a. objetivos da política ou prática de remuneração, informando se a política de remuneração foi formalmente aprovada, órgão responsável por sua aprovação, data de aprovação e, caso o emissor divulgue a política, locais da rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado

A Política de Remuneração tem como objetivo principal alinhar os interesses do Pessoal-Chave da Administração aos da Companhia e suas controladas, atribuindo uma remuneração total compatível com as observadas nos mercados de atuação, contribuindo não apenas para estimular, atrair e reter profissionais qualificados para o desempenho de suas funções, mas também para a geração de valor aos acionistas. A Política de Remuneração não foi formalmente aprovada por órgão da Companhia.

b. composição da remuneração

- i. descrição dos elementos da remuneração e os objetivos de cada um deles

A remuneração do Pessoal-Chave da Administração da Companhia é constituída pelos seguintes componentes: (a) remuneração fixa e (b) remuneração variável.

(a) Remuneração fixa;

A remuneração fixa do Pessoal-Chave da Administração compõe parcela da remuneração ordinária e é estabelecida com base nas responsabilidades e atribuições do cargo, de acordo com as melhores práticas de mercado adotadas por empresas dos mesmos setores de atuação da Companhia, empresas de capital aberto de porte e características semelhantes ou que possuam estratégias de remuneração total similares às da Companhia.

Os membros do conselho fiscal e de administração podem receber até 12 salários; para os demais membros da administração (diretoria estatutária e não estatutária), adicionalmente aos 12 salários anuais a Companhia também oferece o décimo terceiro salário nos moldes da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT.

(b) Remuneração variável;

Parcela do Pessoal-Chave da Administração é elegível a remuneração variável ordinária, representada por honorários complementares, pagos na forma de bônus anuais, visando promover o maior interesse e alinhamento de seus objetivos com os da Companhia. Os montantes atribuídos resultam de processo de avaliação realizado com base em metas estabelecidas em contratos de gestão.

- ii. proporção de cada elemento na remuneração total

Exercício Social findo em 31/12/2018	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Remuneração fixa anual	100%	100%	100%	100%
Remuneração variável	0%	0%	0%	0%
Outros benefícios / remunerações	0%	0%	0%	0%
Total da remuneração	100%	100%	100%	100%

Exercício Social findo em 31/12/2017	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Remuneração fixa anual	100%	100%	100%	100%

Remuneração variável	0%	0%	0%	0%
Outros benefícios / remunerações	0%	0%	0%	0%
Total da remuneração	100%	100%	100%	100%

Exercício Social findo em 31/12/2016	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Remuneração fixa anual	100%	68%	100%	74%
Remuneração variável	0%	32%	0%	26%
Outros benefícios / remunerações	0%	0%	0%	0%
Total da remuneração	100%	100%	100%	100%

iii. metodologia de cálculo e de reajuste de cada um dos elementos da remuneração:

(a) Remuneração fixa;

O montante atribuído como remuneração fixa ordinária ao Pessoal-Chave da Administração pode, a critério do conselho de administração, ser atualizado monetariamente e revisto periodicamente para adequar-se às melhores práticas de mercado.

(b) Remuneração variável;

Os montantes atribuídos como remuneração ordinária variável resultam de processo de avaliação realizado com base em metas estabelecidas em comum acordo, em processo de aprovação orçamentária.

A parcela de remuneração variável, acrescida da parcela de remuneração fixa, constitui a remuneração ordinária total atribuída ao Pessoal-Chave da Administração.

iv. razões que justificam a composição da remuneração:

A remuneração atribuída ao Pessoal-Chave da Administração visa reconhecer as responsabilidades do cargo de cada participante e as práticas de mercado. Em relação à remuneração atribuída aos membros da diretoria, a proporção dos respectivos componentes tem por objetivo promover o alinhamento de seus interesses aos da Companhia, tanto no médio quanto no longo prazo, contribuindo para a geração de valor aos acionistas.

v. existência de membros não remunerados pelo emissor e a razão para este fato.

Não aplicável

c. principais indicadores de desempenho que são levados em consideração na determinação de cada elemento da remuneração

Os componentes da remuneração atribuída ao Pessoal-Chave da Administração são baseados em indicadores de desempenho financeiro, operacional e de geração de caixa.

d. como a remuneração é estruturada para refletir a evolução dos indicadores de desempenho

A evolução dos indicadores de desempenho é refletida na parcela variável da remuneração atribuída aos membros da diretoria da Companhia. Os montantes relativos a tal parcela resultam de processo de avaliação realizado com base em metas estabelecidas em quando da aprovação do orçamento da Companhia, avaliados anualmente pelos órgãos da administração.

e. como a política ou prática de remuneração se alinha aos interesses do emissor de curto, médio e longo prazo

A Política de Remuneração alinha os interesses da Companhia aos do Pessoal-Chave da Administração ao atribuir uma remuneração total e respectivos componentes compatíveis com as melhores práticas observadas nos mercados de atuação da Companhia e seus objetivos de curto, médio e longo prazos, bem como de geração de valor para os acionistas.

f. existência de remuneração suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos

Os membros da diretoria e alguns membros do conselho de administração da Companhia exercem mandato concomitante em sociedades controladas, como também nas sociedades que detêm o controle direto ou indireto da Companhia. As parcelas relativas aos montantes da remuneração atribuída pela Companhia a seus administradores, bem como os montantes atribuídos a tais administradores pelas controladas e controladores diretos e indiretos e a remuneração consolidada atribuída ao Pessoal-Chave da Administração, são informados no item 13.15 deste documento.

g. existência de qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário, tal como a alienação do controle societário do emissor

Não há previsão de remuneração ou benefícios vinculados a ocorrência de eventos societários da Companhia, suas controladas e seus controladores.

h. práticas e procedimentos adotados pelo conselho de administração para definir a remuneração individual do conselho de administração e da diretoria, indicando:

i. os órgãos e comitês do emissor que participam do processo decisório, identificando de que forma participam

A Assembleia Geral fixa o montante global da remuneração dos administradores e o Conselho de Administração faz a sua distribuição, considerando as responsabilidades, tempo dedicado às funções, competência, reputação profissional e o valor dos respectivos serviços no mercado.

ii. critérios e metodologia utilizada para a fixação da remuneração individual, indicando se há utilização de estudos para a verificação das práticas de mercado, e, em caso positivo, os critérios de comparação e a abrangência desses estudos

A distribuição da remuneração global deve levar em conta as responsabilidades, tempo dedicado às funções, competência, reputação profissional e o valor dos respectivos serviços no mercado.

iii. com que frequência e de que forma o conselho de administração avalia a adequação da política de remuneração do emissor.

O emissor não possui política formal de remuneração aprovada pelo conselho de administração.

13.2. Remuneração do conselho de administração, diretoria estatutária e conselho fiscal

Exercício Social corrente 31/12/2019 - Prevista (Em Reais)	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº de membros	7,00	2,00	3,00	
Nº de membros remunerados	7,00	2,00	3,00	
Remuneração fixa anual	1.200.000,00	1.400.000,00	250.000,00	2.850.000,00
Salário ou pró-labore	1.200.000,00	1.400.000,00	250.000,00	2.850.000,00
Benefícios direto e indireto				
Participações em comitês				
Outros				
Remuneração variável		350.000,00		350.000,00
Bônus		350.000,00		350.000,00
Participação de resultados				
Participação em reuniões				
Comissões				
Outros				
Outros benefícios / remunerações				
Pós-emprego				
Cessação do cargo				
Baseada em ações, incluindo opções				
Total da remuneração	1.200.000,00	1.750.000,00	250.000,00	3.200.000,00

* Valores ainda não definidos que serão reconhecidos no resultado do emissor.

Exercício Social findo em 31/12/2018 (Em Reais)	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº de membros	7,00	2,00	3,00	12,00
Nº de membros remunerados	7,00	2,00	3,00	11,75
Remuneração fixa anual	716.040,00	1.248.903,85	216.000,00	2.180.943,85
Salário ou pró-labore	716.040,00	1.248.903,85	216.000,00	2.180.943,85
Benefícios direto e indireto				
Participações em comitês				
Outros				
Remuneração variável	0	0,00	0	0
Bônus				0,00
Participação de resultados				0,00
Participação em reuniões				0,00
Comissões				0,00
Outros				0,00
Outros benefícios / remunerações	0	0	0	0
Pós-emprego				0,00
Cessação do cargo				0,00
Baseada em ações, incluindo opções				0,00
Total da remuneração	716.040,00	1.248.903,85	216.000,00	2.180.943,85

Exercício Social findo em 31/12/2017 (Em Reais)	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº de membros	7,00	2,00	3,00	12,00
Nº de membros remunerados	7,00	2,00	2,75	11,75
Remuneração fixa anual	252.000,00	1.228.836,00	198.000,00	1.678.836,00
Salário ou pró-labore	252.000,00	1.228.836,00	198.000,00	1.678.836,00
Benefícios direto e indireto				
Participações em comitês				
Outros				
Remuneração variável	0	0,00	0	0
Bônus				0,00
Participação de resultados				0,00
Participação em reuniões				0,00
Comissões				0,00
Outros				0,00
Outros benefícios / remunerações	0	0	0	0
Pós-emprego				0,00
Cessação do cargo				0,00
Baseada em ações, incluindo opções				0,00
Total da remuneração	252.000,00	1.228.836,00	198.000,00	1.678.836,00

Exercício Social findo em 31/12/2016 (Em Reais)	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº de membros	7,33	2,00	3,00	12,33
Nº de membros remunerados	6,00	2,00	3,00	11,00
Remuneração fixa anual	216.000,00	1.192.817,00	216.000,00	1.624.817,00
Salário ou pró-labore	216.000,00	1.192.817,00	216.000,00	1.624.817,00
Benefícios direto e indireto				
Participações em comitês				
Outros				
Remuneração variável	0	565.920,00	0	565920
Bônus		565.920,00		565.920,00
Participação de resultados				0,00
Participação em reuniões				0,00
Comissões				0,00
Outros				0,00
Outros benefícios / remunerações	0	0	0	0

Pós-emprego				0,00
Cessação do cargo				0,00
Baseada em ações, incluindo opções				0,00
Total da remuneração	216.000,00	1.758.737,00	216.000,00	2.190.737,00

Memória de cálculo de número de membros de cada órgão

Exercício Social findo em 31/12/2018 (Em Reais)	Número Total de Membros			Número Total de Membros Remunerados		
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal
Janeiro	7	2	3	7	2	3
Fevereiro	7	2	3	7	2	3
Março	7	2	3	7	2	3
Abril	7	2	3	7	2	3
Maio	7	2	3	7	2	3
Junho	7	2	3	7	2	3
Julho	7	2	3	7	2	3
Agosto	7	2	3	7	2	3
Setembro	7	2	3	7	2	3
Outubro	7	2	3	7	2	3
Novembro	7	2	3	7	2	3
Dezembro	7	2	3	7	2	3
Total	84	24	36	84	24	36
<i>No de membros</i>	<i>7,00</i>	<i>2,00</i>	<i>3,00</i>	<i>7,00</i>	<i>2,00</i>	<i>3,00</i>

Exercício Social findo em 31/12/2017 (Em Reais)	Número Total de Membros			Número Total de Membros Remunerados		
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal
Janeiro	7	2	3	7	2	2
Fevereiro	7	2	3	7	2	2
Março	7	2	3	7	2	2
Abril	7	2	3	7	2	3
Maio	7	2	3	7	2	3
Junho	7	2	3	7	2	3
Julho	7	2	3	7	2	3
Agosto	7	2	3	7	2	3
Setembro	7	2	3	7	2	3
Outubro	7	2	3	7	2	3
Novembro	7	2	3	7	2	3
Dezembro	7	2	3	7	2	3
Total	84	24	36	84	24	33
<i>No de membros</i>	<i>7.00</i>	<i>2.00</i>	<i>3.00</i>	<i>7.00</i>	<i>2.00</i>	<i>2.75</i>

Exercício Social findo em 31/12/2016 (Em Reais)	Número Total de Membros			Número Total de Membros Remunerados		
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal
Janeiro	8	2	3	6	2	3
Fevereiro	8	2	3	6	2	3
Março	8	2	3	6	2	3
Abril	8	2	3	6	2	3
Maio	7	2	3	6	2	3
Junho	7	2	3	6	2	3
Julho	7	2	3	6	2	3
Agosto	7	2	3	6	2	3
Setembro	7	2	3	6	2	3
Outubro	7	2	3	6	2	3
Novembro	7	2	3	6	2	3
Dezembro	7	2	3	6	2	3

Total	88	24	36	72	24	36
<i>No de membros</i>	7,33	2,00	3,00	6,00	2,00	3,00

13.3 Remuneração variável no resultado dos 3 últimos exercícios sociais e a prevista para o exercício social corrente, do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal.

Exercício Social corrente 31/12/2019 - Prevista (Em R\$ mil)	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº de membros	7	2		
Nº de membros remunerados	7	2		
Em relação ao bônus				
i. valor mínimo previsto no plano de remuneração			-	0
ii. valor máximo previsto no plano de remuneração		840		840
iii. valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas		350		350
iii. valor efetivamente reconhecido		n.a.		0
Em relação a participação nos resultado				
i. valor mínimo previsto no plano de remuneração				0
ii. valor máximo previsto no plano de remuneração				0
iii. valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas				0
iii. valor efetivamente reconhecido		n.a.		0

(*) Valores ainda não definidos.

Exercício Social findo em 31/12/2018 (Em R\$ mil)	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº de membros	7,00	2,00	3,00	12,00
Nº de membros remunerados	7,00	2,00	3,00	12,00
Em relação ao bônus				
i. valor mínimo previsto no plano de remuneração			-	0
ii. valor máximo previsto no plano de remuneração		840		840
iii. valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas		462		462
iii. valor efetivamente reconhecido			-	0
Em relação a participação nos resultado				
i. valor mínimo previsto no plano de remuneração			-	0
ii. valor máximo previsto no plano de remuneração			-	0
iii. valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas			-	0
iii. valor efetivamente reconhecido			-	0

Exercício Social findo em 31/12/2017 (Em R\$ mil)	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº de membros	7.00	2.00	3.00	12.00
Nº de membros remunerados	7.00	2.00	2.75	11.75
Em relação ao bônus				
i. valor mínimo previsto no plano de remuneração		84		84
ii. valor máximo previsto no plano de remuneração		840		840

iii. valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	840	840
iii. valor efetivamente reconhecido	-	-
Em relação a participação nos resultado		
i. valor mínimo previsto no plano de remuneração	-	-
ii. valor máximo previsto no plano de remuneração	-	-
iii. valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	-	-
iii. valor efetivamente reconhecido	-	-

Exercício Social findo em 31/12/2016 (Em R\$ mil)	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº de membros	7,33	2,00	3,00	12,33
Nº de membros remunerados	0,00	2,00	0,00	11,00
Em relação ao bônus				
i. valor mínimo previsto no plano de remuneração		84		84
ii. valor máximo previsto no plano de remuneração		840		840
iii. valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas		840		840
iii. valor efetivamente reconhecido		566		565,92
Em relação a participação nos resultado				
i. valor mínimo previsto no plano de remuneração		-		0
ii. valor máximo previsto no plano de remuneração		-		0
iii. valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas		-		0
iii. valor efetivamente reconhecido		-		0

13.4 Plano de remuneração baseado em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária, em vigor no último exercício social e previsto para o exercício social corrente

A controlada indireta Springs Global U.S. Inc. ("SGUS") administrava plano de opções de compra de ações, o qual foi convertido, em 24 de janeiro de 2006, em um plano equivalente, porém com ações da controlada Springs Global. Naquela data, o plano de ações da controlada SGUS deixou de existir.

Das opções de ações emitidas pela Springs Global, 175.000 tinham direito a valorização (*appreciation right*). Em 31 de dezembro de 2018, nenhuma ação tinha direito a valorização. O direito à valorização permitia ao beneficiário receber, para cada opção exercida, um pagamento em dinheiro (ou as ações da Springs Global, se o funcionário ainda estiver empregado na controlada SGUS, na data do exercício) no valor igual à diferença entre o valor justo de mercado da ação da Springs Global, como definido no plano, e o preço exercido da opção. Durante o ano, a Companhia efetuou avaliação do valor justo dessas opções o que resultou em nenhum passivo a ser reconhecido.

Até a presente data, não há previsão de remuneração baseada em ações e nos três últimos exercícios nenhum executivo da Companhia e suas controladas teve remuneração baseada em ações.

13.5 Remuneração baseada em ações reconhecida no resultado dos 3 últimos exercícios sociais e a prevista para o exercício social corrente, do conselho de administração e da diretoria estatutária

Não houve remuneração baseada em ações reconhecida no resultado dos 3 últimos exercícios sociais, como também não há previsão para o exercício a se encerrar em 31 de dezembro de 2019.

13.6 Opções em aberto do conselho de administração e da diretoria estatutária ao final do exercício social findo em 31 de dezembro de 2018.

Não há opções em aberto para quaisquer membros do órgão da administração da Companhia e suas controladas.

13.7 Opções exercidas e ações entregues relativas à remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária, nos três últimos exercícios sociais

Não houve opções exercidas ou ações entregues relativas à remuneração baseada em ações nos últimos três exercícios sociais.

13.8 Descrição sumária das informações necessárias para a compreensão dos dados divulgados nos itens 13.5 a 13.7, tal como explicação do método de precificação do valor das ações e das opções

Não aplicável.

13.9 Quantidade de ações ou cotas direta ou indiretamente detidas, no Brasil ou no exterior, e outros valores mobiliários conversíveis em ações ou cotas, emitidos pelo emissor, seus controladores diretos ou indiretos, sociedades controladas ou sob controle comum, por membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal, agrupados por órgão, na data de encerramento do último exercício social

Valores mobiliários detidos por membros do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal emitidos pela Companhia	
	Quantidade de ações ¹
Emissor	
Conselho de administração	72.520
Diretoria estatutária	-
Conselho fiscal	-
Controlador Direto – Wembley S.A	
Conselho de administração	301.322
Diretoria estatutária	-
Conselho fiscal	-
Controlada Direta – Springs Global Participações S.A.	
Conselho de administração	3
Diretoria estatutária	-
Conselho fiscal	-
Controlador – Companhia de Tecidos Norte de Minas	

¹ Para não haver duplicidade, nos casos em que um mesmo Administrador ocupe cargo na Diretoria e no Conselho de Administração, as ações que tal Administrador detém estão computadas apenas no Conselho de Administração.

13.10 Em relação aos planos de previdência em vigor conferidos aos membros do conselho de administração e aos diretores estatutários fornecer as seguintes informações em forma de tabela:

Nenhum membro do conselho de administração ou da diretoria estatutária possuem planos de previdência em vigor, que sejam custeados pela Companhia.

13.11 Remuneração individual máxima, mínima e média do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal

Remuneração (em R\$, exceto número de Administradores)	Exercício social findo em		
	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2018
Conselho de Administração			
Número total de membros	7,33	7,00	7,00

Número de membros remunerados	6,00	7,00	7,00
Valor da maior remuneração individual	36.000,00	36.000,00	117.840,00
Valor da menor remuneração individual	36.000,00	36.000,00	117.840,00
Valor médio da remuneração individual	36.000,00	36.000,00	117.840,00

Observação: Considera apenas membros do Conselho que permaneceram no cargo por 12 meses

Diretoria Estatutária

Número total de membros	2,00	2,00	2,00
Número de membros remunerados	2,00	2,00	2,00
Valor da maior remuneração individual	1.166.051,00	723.131,00	723.131,33
Valor da menor remuneração individual	592.685,00	505.705,00	525.722,52
Valor médio da remuneração individual	879.368,50	614.418,00	624.451,93

Observação

Conselho Fiscal

Número total de membros	3,00	3,00	3,00
Número de membros remunerados	3,00	2,75	3,00
Valor da maior remuneração individual	72.000,00	72.000,00	72.000,00
Valor da menor remuneração individual	72.000,00	72.000,00	72.000,00
Valor médio da remuneração individual	72.000,00	72.000,00	72.000,00

13.12 Descrição de arranjos contratuais, apólices de seguros ou outros instrumentos que estruturam mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria, indicando quais as consequências financeiras para o emissor.

Não há arranjos contratuais ou apólices de seguros ou outros instrumentos que estruturam mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria.

13.13 Percentual total da remuneração de cada órgão reconhecido no resultado do emissor referente a membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal que sejam partes relacionadas aos controladores, diretos ou indiretos, conforme definido pelas regras contábeis que tratam desse assunto

Nenhum membro do conselho de administração, conselho fiscal ou diretoria que sejam partes relacionadas aos controladores, diretos ou indiretos foi reconhecido, devido ou pago pelo emissor.

13.14 Valores reconhecidos no resultado do emissor como remuneração de membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal, agrupados por órgão, por qualquer razão que não a função que ocupam, como por exemplo, comissões e serviços de consultoria ou assessoria prestados.

Não há.

13.15 Valores reconhecidos no resultado de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de controladas do emissor, como remuneração de membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal do emissor, agrupados por órgão, especificando a que título tais valores foram atribuídos a tais indivíduos

Não há valores reconhecidos no resultado de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de controladas do emissor, como remuneração de administradores recebida em função do exercício do cargo no emissor.

13.16 Outras informações que o emissor julgue relevantes

Não há.

COMPANHIA DE TECIDOS NORTE DE MINAS – COTEMINAS
CNPJ nº 22.677.520/0001-76 - NIRE 3130003731-2
Companhia Aberta

EDITAL DE CONVOCAÇÃO
ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA

Ficam convidados os Senhores Acionistas da Companhia de Tecidos Norte de Minas - COTEMINAS (“Companhia”) para se reunirem em Assembleia Geral Ordinária, a ser realizada às 12:00 horas do dia 15 de maio de 2019, na sede social da Companhia, localizada na cidade de Montes Claros, Estado de Minas Gerais, na Avenida Lincoln Alves dos Santos, 955, Distrito Industrial, a fim de deliberarem sobre a seguinte ordem do dia:

- a) Tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018;
- b) Examinar, discutir e votar a proposta de destinação do lucro líquido do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018;
- c) Definir o número e eleger os membros do Conselho de Administração, e fixar o limite da remuneração global dos administradores da Companhia; e,
- d) Eleger os membros do Conselho Fiscal e fixar sua remuneração.

Informações Gerais:

Os documentos e informações pertinentes às matérias que serão deliberadas na Assembleia Geral e os demais previstos na Instrução CVM nº 481, de 17 de dezembro de 2009, foram apresentados à Comissão de Valores Mobiliários, por meio do Sistema Empresas.NET, nos termos do art. 6º da referida Instrução, e encontram-se à disposição dos Senhores Acionistas, na sede social da Companhia, no seu site de Relações com Investidores (www.ctnm.com.br/ri), e nos sites da B3 S.A. –Brasil, Bolsa, Balcão (www.b3.com.br) e da Comissão de Valores Mobiliários (www.cvm.gov.br).

Observamos que nos termos do art. 3º da Instrução CVM nº 165/91, alterada pela Instrução CVM nº 282/98, e do art. 141, § 1º, da Lei 6.404/76, o percentual mínimo de participação no capital votante da Companhia, necessário à requisição da adoção do voto múltiplo para eleição de membro do Conselho de Administração, é de 5% (cinco por cento) e sua requisição deverá ser realizada pelos acionistas em até 48 (quarenta e oito) horas antes da Assembleia.

O acionista ou seu representante legal deverá comparecer à Assembleia munido de documento que comprove sua identidade.

Os acionistas participantes da Custódia Fungível de Ações Nominativas da – B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão que desejarem participar da Assembleia deverão apresentar extrato atualizado de sua

posição acionária fornecido pela instituição custodiante no período de 48 horas antecedentes à sua realização.

Solicita-se que os instrumentos de mandato com poderes especiais para representação na Assembleia Geral a que se refere o presente edital sejam depositados, na sede da Companhia, no Departamento de Relações com Investidores, até 8 de maio de 2019.

A Companhia adotará o sistema de votação à distância, nos termos da Instrução nº 481, da CVM, permitindo-se, assim que seus acionistas enviem boletins de voto à distância por meio de seus respectivos agentes de custódia das ações da Companhia ou, ainda, diretamente à Companhia, conforme orientações lançadas na Proposta da Administração.

Montes Claros-MG, 12 de abril de 2019.

Josué Christiano Gomes da Silva
Presidente do Conselho de Administração